

ÇÃ	O DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A DI-
	PONTO UM - ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGA-
de	em do Dia:
se	mbleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e seis minutos, com a seguinte Or-
1	Verificado o quórum, com a presença de vinte e um membros, a Presidente da As-
se	nça de José Aníbal Ferreira Novais
gu	es Barnabé, membro a seguir na lista do Partido Socialista, por impossibilidade de pre-
cre	etária, Ana Teresa de Sousa David, que se fez substituir por João Carlos da Silva Rodri-
mi	dade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, da Segunda Se-
1	A Presidente da Assembleia deu conhecimento do pedido de substituição, de confor-
1	de Freguesia de Branca - Partido Socialista)
!	no Miguel Cabecinhas Lopes (Partido Chega) e José de Jesus Joaquim (Presidente de Jun-
1	istina Rebotim Azinhaga, Rosa Maria Pinto Barros Ribeiro Lindinho (Partido Socialista),
1	dos Municipais Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Fernando Carlos da Silva Cardoso, Ana
!	Não estavam presentes a Segunda Secretária Ana Teresa de Sousa David e os Depu-
1	eguesias de Coruche, Fajarda e Erra - Partido Socialista)
ļ `	Silva Guilherme Henriques de Azevedo (Presidente da Junta de Freguesia da União das
1	residente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista) e Nuno Jo-
1	Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista), Hélder Manuel Azevedo da Silva
1	Couço - Coligação Democrática Unitária), Paulo de Oliveira Matias (Presidente da Junta
!	rtido Socialista), Ortelinda da Conceição Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia
1	Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho -
1	deia Figueiredo e Sandra Cristina de Oliveira Tenrinho (Partido Social Democrata)
	,. Francisco Artur Gomes Gaspar, Susana Isabel Ferreira Vitorino, Nuno Miguel da Silva
)
	abel da Cunha Marques e Luís António Marques de Oliveira (Coligação Democrática Unitá-
1	Armando Rodrigues, Edite Maria Pardal do Vale Santos, Luís Alberto Ferreira, Sofia
1	Mariana Sofia Cordeiro Gonçalves Duarte Dias (Partido Socialista)
1	Vernicou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais Célia Maria Arsénio Barroso, Rafael José Ferreira Gomes, André Filipe Galvão Charrua
1	Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
	ixeira Lopes e pelo Primeiro Secretário Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira (Partido So- ılista)
1	ruche, em sessão ordinária, cuja Mesa era composta pela sua Presidente Berta Alexandra
!	a de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de
1	Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta

RETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CORUCHE, NOS TERMOS DO N.º 3 DO
ARTIGO 44.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO
PONTO DOIS - ADITAMENTO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊN-
CIAS NO ÂMBITO DO ESTACIONAMENTO ENTRE O MUNICÍPIO E A COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO
PONTO TRÊS - I REVISÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL
PONTO QUATRO - REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDI-
FICAÇÃO - RETIFICAÇÃO DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 51.º
PONTO CINCO - ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E BONIFICAÇÃO SO-
BRE O VALOR DE LOTES DA ÁREA EMPRESARIAL DO SORRAIA, NO ÂMBITO DO RE-
GULAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, AO INVESTIMENTO E
À CRIAÇÃO DE EMPREGO
PONTO SEIS - MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE
2022
PONTO SETE - I REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023/2027
PONTO OITO - I REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2023/2027
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023
PONTO DEZ - I ALTERAÇÃO AO PLANO ANUAL DE RECRUTAMENTO DE 2023 -
PONTO ONZE - COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA REFERENTE AO
ANO DE 2022, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO
PONTO DOZE - PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINA-
ÇÃO DE CORUCHE
PONTO TREZE - ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO - DE-
CLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PAGAMENTOS EM ATRASO E RE-
CEBIMENTOS EM ATRASO REGISTADOS NA BASE DE DADOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2022
PONTO CATORZE - VIII CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DIRETOR MUNICI-
PAL DE CORUCHE
PONTO QUINZE - BOMBEIROS DE CORUCHE SITUAÇÃO ATUAL E O FUTURO
PONTO DEZASSEIS - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO -
Estavam ainda presentes, o Presidente da Câmara Francisco Silvestre de Oliveira e
os Vereadores Maria de Fátima Raimundo Galhardo, Pedro Filipe Tadeia Ferreira, Susana
Gaspar Ribeiro da Cruz, Carlos Alberto dos Santos Peseiro, Valter Peseiro Jerónimo e Osval-
do Manuel Rosado Mendes



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
A Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência com o registo
n.ºs 1 a 35, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais
A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: O Grupo Municipal do PSD queria
propor à Assembleia Municipal para fazermos um minuto de silêncio, tendo em conta que
passa um ano sobre a invasão da Ucrânia, pela paz e a liberdade, mas ao mesmo tempo
contra o imperialismo, a ditadura e a tirania de quem invadiu
Que fique claro que é um minuto de silêncio pelos que morreram, pelos feridos e por
aqueles que estão a ser fustigados por esta guerra
A Presidente da Assembleia concordou com o proposto
A Assembleia fez um minuto de silêncio
A Deputada Municipal Ortelinda Graça apresentou, em nome do Grupo Municipal da
Coligação Democrática Unitária, a Moção "Encerramento da Ponte da Escusa", que a
seguir se transcreve:seguir se transcreve:
"A ponte da Escusa é uma das sete pontes existentes no Rio Sorraia, no Concelho de
Coruche
Foram construídas há cerca de 60 anos pela Hidráulico do Tejo, organismo já extinto,
ficando a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia com a responsabilidade
da sua gestão e manutenção
Devido às intempéries ocorridas em dezembro de 2022, a ponte da Escusa encon-
tra-se encerrada ao trânsito, deixando a população envelhecida da Escusa num se-
mi-isolamento, uma vez que as alternativas para chegar ao Couço só se fazem por uma úni-
ca estrada em terra batida e para chegar à sede do Concelho (Coruche) terão de percorrer a
mais cerca de 30 Km
O encerramento desta ponte, via indispensável para uma população que dela neces-
sita na sua vida diária, é causador de transtornos imensuráveis, tornando-nos a todos mais
pobres
A avaliação já efetuada aos pilares da ponte, dá-nos nota de inúmeras fissuras nos
pilares da mesma, concluindo daí a impossibilidade da sua reabertura ao trânsito, pois não
reúne quaisquer condições de Segurança
A titularidade da ponte da Escusa é um dos seus principais problemas, não é de nin-
guém, nem a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, nem a Câmara
Municipal de Coruche, nem o Estado Central a assumem como sua
É obrigação de quem foi eleito, defender incondicionalmente as minorias, os mais

fracos e desprotegidos, a população idosa da Escusa
Considerando o exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere constituir
um grupo de trabalho, composto por um representante de cada Grupo Municipal, que, com
o Presidente da Câmara, lidere o processo reivindicativo junto do Governo para que assuma
as suas responsabilidades nesta problemática e que seja polo aglutinador de convergência e
de entendimento com a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia."
A partir deste momento, a Deputada Municipal Ana Cristina Rebotim Azinha-
ga e o Deputado Municipal José de Jesus Joaquim passaram a participar nos traba-
Ihos, sendo vinte e uma horas e doze minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e três membros.
A Deputada Municipal Edite Santos apresentou, em nome do Grupo Municipal da Co-
ligação Democrática Unitária, a Moção "8 de Março: Dia Internacional da Mulher - Um
símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida", que a
seguir se transcreve:
"O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara Zetkin) é
um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países do Mundo, contra a inferioridade
que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras
sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e na
maternidade
Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fas-
cismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na
luta pela liberdade, democracia e paz
Com a Revolução de Abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida,
com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo factor de pro-
gresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres
tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos econó-
micos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domí-
nios da sociedade
Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulhe-
res, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades
Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres pela igual-
dade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as co-
munidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País
A Assembleia Municipal de Coruche saúda as mulheres do concelho, bem como as
trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher, apelando para que



se associem a esta comemoração, dando força a sua determinação e vontade em viver e
trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição
da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização
do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã
De igual modo se saúdam as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as
que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas
organizações que intervêm na área da igualdade
A Assembleia Municipal de Coruche assume o compromisso em defesa dos direitos
das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:
a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalha-
doras, cidadãs e mães no concelho e pugnando por medidas que na esfera do poder central
visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vi-
da;
b) Promover pelos meios que considere adequada a valorização e a participação das
mulheres ao longo da história do concelho, dando particular atenção ao seu papel na resis-
tência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de Abril;
c) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não
Discriminação de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organiza-
ções nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garan-
tia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, se-
gurança, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância,
aos idosos e às pessoas com deficiência;
d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e
apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de
uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organiza-
ções sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinali-
zação das vítimas de violência doméstica;
e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que
no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres,
com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é "Mil razões para lu-
tar: os direitos das mulheres têm de contar", realizando pelo sétimo ano consecutivo a Ma-
nifestação Nacional de Mulheres, a 4 de março, no Porto, e a 11 de março, em Lisboa
A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, Juntas e Assem-
bleias de Freguesia do concelho de Coruche, à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de
Género, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN, ao Movimento

	Democrático de Mulheres, ao movimento associativo do concelho de Coruche, às instituições
ı	que integram a Rede Social e as Comissões Sociais de Freguesia."
i	A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
ı	O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Espero que aquilo que está a aconte-
i	cer com a ponte da Escusa não seja nem de perto nem de longe o que nós vivemos, mais
i	de uma década, relativamente à ponte de Santa Justa, um jogo do empurra, assistimos
	muitas vezes a Câmara a empurrar para a Associação de Regantes e a Associação de Re-
i	gantes a empurrar para a Câmara, em vez de porem pernas ao caminho, que era preparar o
i	projeto e depois candidatá-lo a financiamento
ı	A ponte de Santa Justa, volto a dizer, foi um jogo do empurra, durante mais de uma
i	década, mas a ponte da Escusa tem uma particularidade neste momento, é que está fecha-
ı	da ao trânsito, portanto, está a implicar com a vida de muitas pessoas que se deslocavam
ı	diariamente da Lamarosa para o Couço e do Couço para a Lamarosa e das pessoas que re-
i	sidem do outro lado da ponte
ı	Vai começar a época agrícola e os agricultores que têm terrenos de um lado e terre-
i	nos do outro lado vão ter uma condicionante muito grande, irem passar o rio a Santa Justa
ı	e depois fazer aquela estrada em terra batida
ı	Quem ainda não passou pela estrada entre a Escusa e Santa Justa, deixo a sugestão
i	que experimente, para ver como é que está aquela estrada
ı	Temos um problema gravíssimo e que é preciso resolver. Não nos podemos esquecer
İ	que temos uma estrada municipal de um lado da ponte e uma estrada municipal do outro
İ	lado da ponte, portanto, a Câmara Municipal não se pode desresponsabilizar e rapidamente
ı	implementar uma solução
İ	Queria questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o que é que deu a tal visto-
İ	ria dos mergulhadores, se deu alguma coisa, se há algum plano de ação imediato para a
ı	reabertura da ponte
İ	Eu estive em cima da ponte e realmente o tabuleiro está deslocado dos pilares e isso
I	é visível a qualquer pessoa
İ	O que é que nos pode dizer sobre este problema
İ	Queria deixar aqui um apelo, que o projeto comece a andar, porque se houver finan-
	ciamento poder-se-á recorrer ao mesmo, mas sem projeto não vamos lá
İ	A partir deste momento, a Deputada Municipal Mara Lúcia Lagriminha Coe-
	lho passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e dezoito minutos.
	A Assembleia passou a ter a presença de vinte e quatro membros
	O Deputado Municipal Luís Ferreira referiu: A situação da ponte da Escusa após o



que aconteceu, em 13 de dezembro de 2022, uma grande enchente como já não tínhamos
há 20 anos, é prova mais que provada os vários alertas que fizemos nesta Assembleia para
que da parte do Ministério do Ambiente, de uma vez por todas, fosse resolvido o problema
dos jacintos-de-águados jacintos-de-água.
Não sou técnico, mas julgo que os pilares da ponte não foram afetados, mas o tabu-
leiro foi empurrado por uma pressão de milhares de toneladas de jacintos-de-água, que
ainda hoje lá estão
Em tempos, esteve cá o Senhor Ministro do Ambiente a prometer mundos e fundos
para acabar com o problema dos jacintos-de-água, mas nada foi resolvido. Quando houver
essa possibilidade, vamos esperar que a situação dos jacintos-de-água não volte a aconte-
cer, que haja brigadas ou condições por parte do Ministério do Ambiente para resolver o
problema de uma vez por todas. Não sou técnico, mas de certeza que este foi o fator pre-
ponderante, apesar da ponte ter outros problemas, e que agravou toda esta situação
A Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção "Encerramento da Ponte da
Escusa"
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção
A Presidente da Assembleia referiu: Solicito que cada partido político venha a indicar
à Mesa da Assembleia o seu representante que integrará este Grupo de Trabalho
A Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção "8 de Março: Dia Internacio-
nal da Mulher - Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na
vida"
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção
A Deputada Municipal Mara Coelho apresentou a seguinte declaração de voto:
O Partido Socialista votaria sempre a favor de toda e qualquer Moção que tivesse a
ver com a questão da igualdade e do Dia Internacional da Mulher
Gostaria de deixar uma nota nesta declaração de voto, hoje, teremos todos a opor-
tunidade de votar nesta Assembleia o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação
de Coruche, o qual está na Ordem de Trabalhos, e espero que o Partido Comunista, de
acordo com o que fizeram nesta Moção, vote favoravelmente o Plano Municipal para a
Igualdade e Não Discriminação de Coruche
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Na sessão da Assembleia Munici-
pal, de 17 de setembro de 2021, foi aprovado, por unanimidade, o Regulamento Municipa
de Funcionamento e Utilização das Áreas de Serviço de Autocaravanas do Concelho de Co-
ruche
Acontece que, passados cerca de um ano e meio da aprovação deste Regulamento, a

gestão e o funcionamento do parque de autocaravanas sito no Parque de Mercados e Feiras
de Coruche, está numa roda livre e ao arrepio de todas as normas previstas no referido Re-
gulamento
A Câmara Municipal, conforme prevê o Regulamento, não exerce qualquer fiscaliza-
ção e tem permitido a violação grosseira das principais obrigações a que os utentes daquele
parque estão obrigados
Vejamos o que estabelece o Regulamento:
Artigo 2.º, ponto 2 "É permitido o estacionamento e a pernoita de autocaravanas por
período não superior a setenta e duas horas."
O que efetivamente acontece e que está à vista de todos é que há autocaravanistas
que permanecem várias semanas e alguns já conhecidos permanecem vários meses, os
quais consomem energia elétrica, água e produzem resíduos domésticos, à conta do erário
público, transformando o parque de autocaravanismo num parque de campismo e ainda
com a vantagem de ser completamente à borla
Artigo 3.º, ponto 2 "A Tabela de Preços será afixada nas Áreas de Serviço, podendo
ser revista ou atualizada pela Câmara Municipal "
Não está, nem nunca esteve, afixada qualquer Tabela de Preços
Artigo 5.º, ponto 2, a) "Área de Serviço do Parque de Mercados e Feiras, Coruche:
capacidade para 40 autocaravanas"
No passado fim de semana, estavam no interior do parque 60 autocaravanas mais 5
viaturas ligeiras e no exterior do parque 14 autocaravanas, com ligações às tomadas elétri-
cas que estão dentro do parque. É esta a situação que acontece regularmente
Artigo 17.º, ponto 2 "Compete à Câmara Municipal a fiscalização do recinto da Área
de Serviço."
As situações que descrevi estão a gerar em muitos coruchenses um sentimento cada
vez mais de maior indignação pela forma como aquele espaço está a ser utilizado, sobretu-
do, ao contrário dos moradores do concelho que pagam eletricidade, água e recolha de lixo,
e cada vez é mais caro, os autocaravanistas usufruem destes serviços de forma gratuita
Face aquilo que eu disse, o Grupo Municipal da CDU, pensa que está na altura de a
Câmara Municipal tomar as medidas para fazer cumprir o Regulamento e eventualmente
proceder a ajustamentos e alterações ao mesmo
Queria ainda levantar outras questões que se prendem com o seguinte:
A degradação de serviços, equipamentos e infraestruturas públicas no concelho de
Coruche têm-se vindo a agravar e as maiorias absolutas do Partido Socialista mostram-se
incapazes de resolver os problemas e atiram os mesmos para o Governo, também do Parti-



do Socialista, as responsabilidades, sem assumirem a sua propria responsabilidade e inca-
pacidade junto do Poder Central de reivindicar mais atenção e investimento no concelho de
Coruche
Na saúde continuámos a ter o funcionamento do Serviço de Apoio Permanente até às
20.00 horas, pese embora as promessas feitas sobre o alargamento do horário e aqui
transmitidas pelo Presidente da Câmara. Também o aparelho de RX continua inoperacional,
com os prejuízos que daí decorrem para os utentes
A situação da Corporação dos Bombeiros Municipais, que se falará mais adiante num
ponto específico agendado para o efeito, é muito preocupante
Nas infraestruturas rodoviárias do concelho avolumam-se os problemas e não vimos
soluções a curto e médio prazo para a nova travessia do Vale do Sorraia, para a substitui-
ção do pavimento em paralelos na Azervadinha e para a construção da rotunda à entrada
da vila do Couço, entre outras
Na Escola Secundária de Coruche a degradação atingiu proporções tais que vão des-
de casas de banho sem condições de utilização pelos alunos, a infiltrações e à ausência de
climatização nas salas de aulas, balneários sem água quente, para além da degradação ge-
ral do edifício
O Presidente da Câmara lamenta-se que nas reuniões com as diversas tutelas não
he dão atenção, seja nos Serviços da Saúde ou nas Infraestruturas de Portugal. Temos pe-
na, mas isso é efetivamente o que se trata, é da manifesta incapacidade para persuadir o
Governo Central, que é do seu próprio partido, para a resolução dos problemas do nosso
concelho, que foi para isso que foi eleito
A Deputada Municipal Célia Barroso referiu: Faz hoje um ano que a Rússia invadiu a
Ucrânia
Enganam-se os que pensam que as lágrimas e o sangue derramado é só dos ucrani-
anos
Esta guerra às portas da nossa Europa afeta-nos a todos, na paz que tínhamos como
certa e que agora é uma incerteza sobre como será o futuro
Esta guerra arrastou uma crise energética, o repensar de reservas alimentares, aco-
himento de refugiados e novas políticas de liderança forçosamente mais humanas. A inva-
são de um Estado, por outro, através da violência não pode ser vista de outro modo senão
como uma violação dos direitos humanos e violação do direito internacional. É por isso que
a nossa Europa precisa de estar cada vez mais unida
Faz hoje um ano, que o povo ucraniano revela ao mundo uma coragem, superação e
amor à pátria que nos toca. Eles sabem que resistir é a única forma de garantir a liberdade.
٠

Os milhões de refugiados da guerra e os mais de oito mil mortos civis não podem e
nem vão ser esquecidos
O povo ucraniano tem direito à soberania, à sua integridade territorial. Saibamos ser
solidários porque esta luta contra o invasor, a Rússia, é de todos
É por isso que a nossa Europa unida saberá encontrar formas de reconstrução, de
dignidade e caminhos de paz
O Deputado Municipal Nuno Figueiredo referiu: Queria registar que temos mais uma
reunião da Assembleia Municipal que não é transmitida online aos nossos munícipes e sei
que há muitos que têm interesse em nos acompanhar
Tendo em conta que o executivo tem os meios para a transmissão, ainda a semana
passada transmitiu pelo Facebook o desfile de Carnaval das escolas do concelho, queria
perguntar o que é que falta para se dar este passo em relação à transmissão das Assem-
bleias Municipais para todos os coruchenses interessados. Se calhar o que falta é só mesmo
vontade política
A Presidente da Assembleia referiu: Para que fique esclarecido, é a informação que
os técnicos fizeram chegar à Mesa, que uma coisa é fazer diretos para o Facebook em even-
tos externos, outra coisa é passar a emissão de uma Assembleia Municipal. É esta a infor-
mação que eu tenho dos técnicos, é esta a informação que a Mesa tem e que já foi esclare-
cido nesta Assembleia por diversas vezes
Também já aqui foi dito que algum esclarecimento que seja entendível por parte do
PSD, tem de fazer o pedido por escrito, para que os técnicos nos venham dizer uma outra
informação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Já fizemos este pedido mais que
uma vez e até uma Moção já fizemos
A Presidente da Assembleia referiu: Não chegou à Mesa nenhum pedido
É o esclarecimento que eu tenho dos técnicos
É possível fazerem o pedido para os técnicos darem esse esclarecimento, de forma a
que, de uma vez por todas, fique esclarecido a diferença entre diretos de Facebook em
eventos de Carnaval e efetuar a transmissão de Assembleias Municipais
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Tenho algumas questões que gosta-
va de colocar ao Senhor Presidente, sendo que a intervenção do Deputado Armando Rodri-
gues já focou uma parte, mas eu vou fazer a descrição um pouco mais completa. Colocou
aquilo que é um concelho completamente abandonado pelo atual Governo nos últimos anos,
ou seja, tem sete anos, por isso é que está a cair, o Centro de Saúde está a cair, as escolas
estão a cair, não temos a travessia do Vale do Sorraia, não temos obras nas estradas naci-



onais e o Senhor Presidente queixa-se permanentemente que ninguém o ouve, portanto, o
Governo abandonou o nosso concelho
Também é verdade que, há um ano atrás, a população do concelho agradeceu ao
Governo por nos ter abandonado e votou maioritariamente no Partido Socialista
A população também não está muito desagradada pelo estado das coisas, exceto o
Senhor Presidente pelos vistos e nós que não nos calamos
A verdade é que, hoje, temos os problemas do Centro de Saúde, a seguir os proble-
mas das escolas e das estradas, é um juntar de situações e todas elas nascem e derivam do
Governo
Hoje, nós vimos golpes de teatro, que é os Deputados do Partido Socialista a questi-
onarem o Governo do seu partido sobre o que é que se passa nas escolas. Só podem estar
a brincar. Confesso que há coisas que saem na comunicação social que nem parece que são
verdade. Não vou repetir, vou saltar esta parte, porque acho que ficou bem caraterizada
Tenho as seguintes questões para o Senhor Presidente:
Em relação aos balneários provisórios do Sport Clube Santanense, que já o são há
mais de uma década, o seu estado não é muito agradável para quem tem de os utilizar.
Existe algum projeto e está prevista a construção de novos balneários?
Quanto à aplicação no nosso concelho da medida "Creche Feliz", nomeadamente nas
creches municipais, a lei entrou em vigor em janeiro. Por aquilo que é o entendimento geral
e algumas opiniões que pedi a outros autarcas, a lei é aplicável sempre que a rede pública
não fornece este serviço. No nosso caso, claramente que existe uma oferta complementar,
que é do Município, àquilo que é a oferta pública. Se existe oferta complementar é porque a
oferta pública não chega. Supostamente as creches municipais deviam ser gratuitas para as
crianças, mas não o são. Gostava que o Senhor Presidente nos pudesse explicar porque é
que as nossas crianças não estão a aceder ao programa "Creche Feliz"
Em relação ao protocolo entre a Câmara Municipal e a Paróquia para apoio às Jorna-
das Mundiais da Juventude, a informação que me chegou é que há um atraso na assinatura
do mesmo. São 250 crianças que vêm para Coruche e que irá criar um enorme movimento
durante uma semana no nosso concelho
Sobre o estado das casas de banho das antigas Escolas Primárias do Bairro Novo, a
informação que tenho é que as mesmas não estão nas devidas condições e que também há
uma série de problemas nas instalações onde está a RVS e o CAD. Quando é que está pre-
vista uma intervenção?
Há uma questão que eu já aqui coloquei e que tem a ver com diversas reclamações
quanto à rua em terra batida que circunda a Estação Rodoviária, porque quando há vento

levanta uma enorme poeirada e entra pela Estação Rodoviária a dentro e pelo café que
existe no edifício. A circulação é desordenada e alguns carros até circulam em sentido con-
trário. Está previsto pavimentar aquele troço de estrada ou vai ser cortado ao trânsito?
Em relação à iniciativa "Um dia na Assembleia", confesso que gostei da iniciativa,
não gostei da forma como a mesma foi realizada. Acho que os Grupos Municipais deveriam
ter sido envolvidos na preparação desse dia e ter sido garantida a presença dos eleitos
Felizmente, eu fui dos poucos, além da Mesa, que estive presente os dois dias
Tomei nota de todas as questões que foram colocadas pelos jovens ao Senhor Presi-
dente da Câmara. É curioso que as questões colocadas pelos jovens são as mesmas que nós
aqui colocamos há anos
Dado que a maior parte dos eleitos não esteve presente, vou ler as questões que os
jovens colocaram, para verem a pertinência das mesmas e como conhecem e sabem o que
é que o concelho precisa. Espero que das questões colocadas pelos jovens tenha ficado de
certa forma o alerta ao Senhor Presidente da Câmara:
Porque é que apenas existe apoio às rendas no Centro Histórico e não em todo o
concelho?
O que tem o Município em mente para reter os jovens quando acabam os estudos ao
nível do emprego e da fixação de empresas?
O que está a ser feito em relação ao mercado hoteleiro e turismo para criar mais
oferta de trabalho no concelho?
O que vai ser feito para colocar o concelho no mapa, para reter os jovens, criar tra-
balho, atrair pessoas e tornar o concelho atrativo?
Os Censos mostram uma queda enorme da população do concelho. O que está ou vai
ser feito para inverter a população?
Se os Bombeiros são municipais porque razão tem de vir Bombeiros de fora para as
ocorrências no concelho?
São seis questões colocadas pelos nossos jovens de toda uma enorme pertinência,
penso que estamos todos de acordo e que vão de encontro àquilo que a oposição anda há
anos e anos a dizer
Não vou pedir ao Senhor Presidente para responder, até porque já respondeu a estas
perguntas na última década nesta Assembleia Municipal, portanto, não é preciso voltar a
repetir as respostas, nós já as sabemos, as respostas servem de consolo
Naquele dia o Senhor Presidente respondeu a todas as perguntas, mas foi como con-
readucte and a Schiller responded a todas as perguntas, mas for como con
solo, porque medidas verdadeiras não há nenhumas, por isso é que sentem os autarcas,



A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara.	
O Presidente da Câmara referiu: Relativamente à ponte da Escusa, de facto, a siti	
ção é muito preocupante para todos nós, ou seja, para os coruchenses, para os cidada	ăos
que utilizam aquela infraestrutura como estrada de ligação e para aquela população, air	าda
que saibamos que estamos a falar de uma população com pouca expressão em termos i	nu-
méricos, não nos retira a preocupação	
Existem relatórios das várias pontes que atravessam o Rio Sorraia desde 2020 e c	que
são consideradas pontes agrícolas para uns e pontes rodoviárias para outros. No ano	de
2020, foi fornecido um relatório que avaliava tecnicamente as três pontes, Escusa, Rebol	о е
Amieira, que são aquelas que de certa forma têm ligação com estradas municipais	
Há o entendimento da Associação de Regantes, que eu não discuto esse entendime	en-
to, o importante para a Câmara Municipal é aquilo que nós privilegiamos, aquilo que e	é o
serviço à nossa população, seja pago pela Associação de Regantes, seja pago pelo Esta	do,
seja pago pela Câmara Municipal, é dinheiro público que está em causa, o fundamenta	ıl é
que a infraestrutura se realize ou que se criem as condições para a sua realização	
Na sequência daquilo que foram as chuvadas do último inverno e o alagamento	no
período de maior chuva, desde que há registo nos últimos 20 anos, a Associação de Rega	an-
tes comunicou à Câmara que há um conjunto de infraestruturas da competência e da r	es-
ponsabilidade da Câmara e não da própria Associação de Regantes, a saber:	
Passagem submersível da Amieira, como parte integrante do Caminho Munici	pal
1427;	
Passagem submersível da Escusa, objeto de intervenção com reforço estrutural re	ali-
zado pela Câmara Municipal em 2003;	
Passagem submersível do Rebolo, como parte integrante do Caminho Municipal	
Estrada entre a Lamarosa e a Peta, a Estrada Municipal "A";	
Estrada de ligação da E.N.114 à E.N.251 - Estrada de Meias	
Este é o entendimento que tem a Associação de Regantes sobre estas matérias	
Nós não rejeitamos que tenhamos responsabilidades em relação a estas infraestru	
ras	
De facto, nós não fazemos este acompanhamento, prova disso são estes relatór	
que existem por parte da Associação de Regantes que contrata empresas externas, no ca	
a empresa "Edgar Cardoso", para produzir estes relatórios, um em 2020, um em 2021 e	
em 2023, na sequência destas chuvadas e de toda a subida das águas do Rio Sorraia	
O relatório de 2021 já trazia a lume algumas fragilidades destas infraestruturas, m	
ainda assim aquilo que foi aconselhado fazer, melhorar a sinalização rodoviária destas po	on-

tes e reduzir a tonelagem de passagem, a Câmara fez
O relatório que foi produzido não é o relatório final, estamos a falar de um relatório
preliminar que vem de certa forma trazer a lume as fragilidades da ponte da Escusa
No que diz respeito às outras pontes do concelho de Coruche que estabelecem liga-
ções importantes à nossa população, do Rebolo e da Amieira, o que é dito neste relatório
preliminar é que as pontes, não obstante terem algumas fragilidades, não estruturais, mas
da sua manutenção, têm condições para estarem abertas ao trânsito. Exatamente por essa
circunstância as pontes estão abertas ao trânsito. As pontes só estiveram fechadas quando
tiveram os jacintos-de-água lá em cima. Clinicamente reconheci que aquelas pontes como
tinham sido alvo de intervenção recentemente com o reforço estrutural dos pilares e das
fundações que estariam em condições de estarem abertas ao trânsito, de acordo com o re-
latório
O relatório da ponte da Escusa, é isso que está em causa e que nos preocupa, apre-
senta um conjunto de problemas que ainda não estão devidamente identificados, mas re-
metem para algum desvio no que tem a ver com os pilares de assentamento do tabuleiro.
Aliás, como dizia o Deputado Luís Ferreira, nota-se uma ligeira deslocação no tabuleiro. Ob-
viamente que é fruto daquela pressão dos jacintos-de-água e também de toda aquela carga
de resíduos que tem o Rio Sorraia e que ainda não foram retirados, mas que é claramente
uma verdadeira competência da Associação de Regantes e do Ministério do Ambiente. Tanto
assim é que a equipa técnica da empresa "Edgar Cardoso" foi ao local e não conseguiu com
os mergulhadores fazer a abordagem necessária para identificar com toda a certeza que a
ponte estava danificada e que não era recuperável
Posso ler alguns excertos do que diz no relatório e que são importantes:
"Considera-se que será possível manter as pontes do Rebolo e da Amieira abertas ao
trânsito. Contudo, ter-se-á de considerar a hipótese da solução de reforço e proteção das
fundações para prevenir eventuais futuros fenómenos de erosão do leito do rio
Na ponte da Escusa considera-se que esta não reúne as condições adequadas de se-
gurança para poder ser aberta ao trânsito."
Significa que da avaliação que foi feita na superficial, entendem os técnicos que a
ponte da Escusa não reúne condições. Se não reúne condições, nós não vamos abrir a pon-
te, não vamos correr o risco de acontecer alguma calamidade
Face aos danos observados nas fundações da ponte, a idade estrutural da mesma, os
fenómenos da degradação do tabuleiro e ainda que são fenómenos de acumulação de detri-
tos e surgimento de escavações recorrentes, julgamos que deverá ser equacionada a substi-
tuição integral daquela infraestrutura

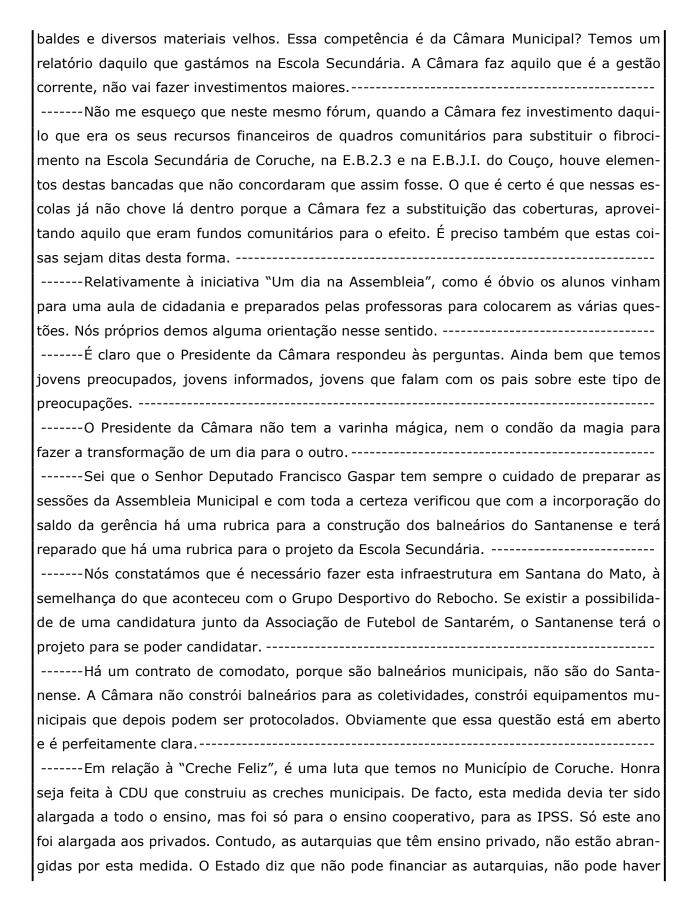


Este relatorio chegou no dia 23 de janeiro, nao e um relatorio conclusivo, ainda e um
relatório preliminar
Claramente que temos de tomar medidas sobre esta ponte
Falei com o responsável da Associação de Regantes no sentido de termos de desen-
volver com a empresa "Edgar Cardoso", uma vez que nós não temos técnicos, faz sentido
ser com essa empresa, uma solução técnica para aquela ponte, de forma que possa preco-
nizar uma nova travessia
Entretanto, temos de encontrar uma solução de passagem, como encontrámos no
verão, a Associação de Regantes em conjunto com a Câmara Municipal, fazer uma passa-
gem submersível ao lado daquela ponte para que as pessoas possam estabelecer a ligação
Neste momento, o rio leva algum caudal, significa que ainda não é possível intervir-
mos na regularização do leito do rio, para a colocação de tubagem e ser feito o aterro, até
porque não sabemos se vai chover muito ou não nos próximos dias. A estratégia é criar es-
sa passagem alternativa que possa servir a população da Escusa e a população que segue
esta artéria de ligação e em simultâneo desenvolver as condições necessárias para se pro-
ceder à reabilitação daquela infraestrutura.
Nós ouvimos e lemos que existem verbas na área do ambiente, naquilo que tem a
ver com o fundo ambiental, para fazer face aos danos provocados pelas intempéries, sendo
intenção da Câmara fazer esse recurso ao Governo, com os relatórios que já nos foram en-
tregues e ainda um relatório que a Câmara está a elaborar, não só dos danos nestas pon-
tes, mas num conjunto de infraestruturas municipais, nomeadamente, na margem esquerda
e noutros pontões. Se há recursos para os danos em Lisboa, poderá haver recursos para
Coruche, face à degradação destas infraestruturas no concelho que foram bastante afetadas
com as últimas chuvas
Concordamos com a criação de um Grupo de Trabalho, porque é importante para fa-
zer o devido acompanhamento e aquilo que vão sendo as démarches, de forma a que consi-
gamos encontrar uma solução para aquela ponte
Em última instância, a Câmara Municipal não rejeita a possibilidade de construir uma
nova ponte. No entanto, se o dinheiro sair da tesouraria da Câmara, como saiu para a ponte
de Santa Justa, estamos a hipotecar outras intervenções no nosso concelho. Esta infraestru-
tura não é uma responsabilidade direta só da Câmara Municipal, na minha modesta opinião,
há três entidades envolvidas, Câmara Municipal, Associação de Regantes e Governo. Se es-
tas três entidades encontrarem um mecanismo financeiro para a criação desta alternativa,
com toda a certeza que haverá uma solução para aquela ponte
As pontes não têm estado abandonadas, podem ter estado abandonadas em termos

de intervenção, mas em termos da auscultação técnica das mesmas tem sido produzido por
gabinetes especializados em obras de arte a sua verificação e consequentemente feita por
parte da Associação de Regantes
Saiu nas notícias que o Presidente da Câmara está às desavenças com a Associação
de Regantes. O Presidente da Câmara está a lutar por aquilo que acha que é importante pa-
ra o Município e para os munícipes. Da desavença tem de nascer o entendimento. Nós não
temos necessariamente de andar a dar palmadinhas nas costas, o que interessa é que con-
sigamos atingir o objetivo e aqui é a reabilitação da ponte da Escusa e uma passagem al-
ternativa, quanto antes, para servir a população
Tenho o relatório se alguém o quiser ler. O relatório não é secreto. É um relatório
técnico, fala em questões técnicas, bem como de questões que são entendidas e percetíveis
para o cidadão comum
Quanto à época agrícola, sabemos que a Associação de Regantes tem como princípio
servir os agricultores. Quando chegar o verão, caso não seja possível a circulação pela pon-
te, a Associação de Regantes terá de criar condições para os agricultores passarem, isso eu
vos garanto, mas não podemos esperar até ao verão
Concordo inteiramente que os jacintos-de-água são um problema relativamente a
estas travessias. Ainda há jacintos-de-água pendurados nas pontes da Escusa, da Amieira e
do Rebolo e o rio já tem caudal que permite a retirada dos mesmos
Em relação ao parque das autocaravanas, é efetivamente verdade que o concelho de
Coruche reúne condições para a permanência de autocaravanistas no Parque de Mercados e
Feiras de Coruche, na Erra e na Branca. O autocaravanismo é uma mais valia para ajudar a
nossa economia local, é uma mais valia para promover aquilo que é a componente do tu-
rismo e na divulgação do nosso concelho
É óbvio que não se consegue sempre ter as condições ideais
O que falta no parque de autocaravanismo é um mecanismo que permite fazer o
controle das entradas e das saídas, de acordo com as indicações da entidade de Turismo do
Alentejo e Ribatejo, de forma a que haja o registo daquilo que é a lotação das autocarava-
nas
Muitos dos autocaravanistas que estão eventualmente a gastar água e luz à borla,
são esses que vão à cabeleireira, são esses que vão fazer compras ao mercado municipal,
são esses que são clientes de um conjunto de lojas
Há pouco tempo, o proprietário de um restaurante na proximidade, perguntava se a
Câmara ia levar o parque para a Erra e pedindo que não o fizesse porque grande parte dos
autocaravanistas almoçam no seu restaurante. De facto, tem este retorno



Obviamente que aquilo que e para regular, tem de ser regulado, regular naquilo que
tem a ver com o Regulamento, regular o número de lugares e as permanências, regular no
sentido de não permitir que da parte de fora do parque estejam outras autocaravanas liga-
das por fiozinhosdas por fiozinhos
Garanto-lhe que, em abril, quando voltarmos a reunir nesta Assembleia Municipal, se
não for antes, aquela situação estará regularizada. Eu também não gosto de ver aquela si-
tuação
Quanto à degradação das infraestruturas públicas, continuamos a reunir com as vá-
rias entidades para reparação da E.N.251, reposição da calçada na Azervadinha, construção
da rotunda no Couço e intervenção nas pontes do concelho
Obviamente que têm de encontrar uma solução para fazerem as reparações naquelas
infraestruturas, porque são a única ligação que nós temos, infelizmente
Aquilo que nós reivindicamos, a travessia do Vale do Sorraia, é uma miragem, já
atravessou vários Governos e continua a ser uma miragem, mas nós não desistimos de a
reivindicar e não desistimos de lutar por ela
Claramente que estamos a entrar num conjunto de reuniões com um ânimo muito
ácido e não temos o retorno no que diz respeito às infraestruturas
No que diz respeito àquilo que é da nossa responsabilidade, poderá o Senhor Depu-
tado passar pelo concelho e ver as intervenções que fazemos, vias pavimentadas, reposição
de betuminoso, reparação de estradas. Estamos a fazer o nosso trabalho nessa relação de
proximidade
Segundo o relatório que nos chegou do Ministério da Saúde sobre a transferência de
competências no domínio da saúde, o Serviço de Apoio Permanente não precisa de obras
estruturais ou a Unidade de Saúde Familiar, o ar condicionado está em excelente condição,
as grelhas de ventilação estão ótimas. Está tudo em excelentes condições, só que nada fun-
ciona, por isso é que nós ainda não aceitámos o auto de transferência de competências,
nem vamos aceitar. Aceitaremos o auto de transferência de competências quando fizerem
as reparações devidas, para não existirem surpresas, como foi com a Escola Secundária
Na reunião do executivo até dissemos que quando assumirmos as competências já
ninguém se lembra que as obras estavam por fazer há 20 anos por parte do Governo e
lembram-se é de exigir à Câmara Municipal que as mesmas sejam realizadas no dia a se-
guir
A Escola Secundária está degradada e desarrumada. Os nossos serviços tiraram de lá
lixo que não lhes passa pela cabeça. Por exemplo, há duas casas de banho para rapazes e
para raparigas, mas um dos blocos estava fechado porque era arrecadação de vassouras,





subsidiação do Estado para o próprio Estado. São poucas as autarquias que assumiram este
protagonismo, porque existia falta de infraestruturas públicas e criaram elas próprias cre-
ches ou pré-escolas para as suas crianças. Estamos a tentar reivindicar alguma igualdade
O que nos foi dito numa reunião com o Secretário de Estado é que o Governo não
podia subsidiar as Câmaras Municipais
Nós adotámos as mesmas regras do Governo no sentido da abrangência das crianças
desse período também não terem esse encargo. Acontece que não são muitas as crianças
que nasceram no ano de 2021. Infelizmente, não podemos adotar essa medida
Quanto ao protocolo com a Paróquia, eu diria que tem de passar do borrão à matriz
de aprovação. Nós não temos aqui o senário de Lisboa. Temos de fazer o protocolo de acor-
do com a lei, ou seja, protocolar as questões que têm a ver com o apoio às refeições, à es-
tadia e ao transporte. Temos ainda o tempo necessário para fazer o protocolo, o qual está a
ser tratado diretamente entre a minha pessoa e o Senhor Padre Elias Serrão
Há um problema, se vocês nos puderem ajudar, é onde instalar os 200 a 250
jovens, não vai ser tarefa fácil, provavelmente, terá de ser nos pavilhões das escolas, uma
vez que o pavilhão desportivo está em obras
Relativamente às antigas escolas do Bairro Novo, num dos blocos houve entrada de
água e o pladur ficou danificado e tivemos de o retirar. Já dei indicação para a respetiva re-
paração, bem como ao nível de algumas portas que não estão a funcionar devidamente face
ao seu desgaste ou por utilização um pouco agressiva e também estamos a reparar um es-
paço para sala de espera da Associação ODAC
A estrada em terra batida junto à Estação Rodoviária passa por dentro de uma urba-
nização, cujos lotes não estão infraestruturados e enquanto não tem construção utiliza-se
aquela escapadela. Estamos a desenvolver um projeto para fazer a ligação à Rua dos Bom-
beiros Municipais e à estrada da Erra
A intenção era fazer a travessia pelas Baleias, mas é uma obra caríssima, porque ca-
rece de movimentações de terras e interfere com a RAN e a REN. É mais adequado fazer a
rua não naquele local, mas na parte debaixo. Admito que a circulação de viaturas possa
provocar alguma incomodidade. É uma escapadela, temos de a encerrar. Por outro lado,
para o restaurante é bom, porque as pessoas estacionam ali os carros
Está no Plano Plurianual de Investimentos uma rubrica para fazer o projeto
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: As preocupações que eu trouxe a
propósito do parque de autocaravanas, em Coruche, e que o Senhor Presidente concordou,
prendem-se sobretudo que a Assembleia Municipal aprovou o respetivo Regulamento por
unanimidade

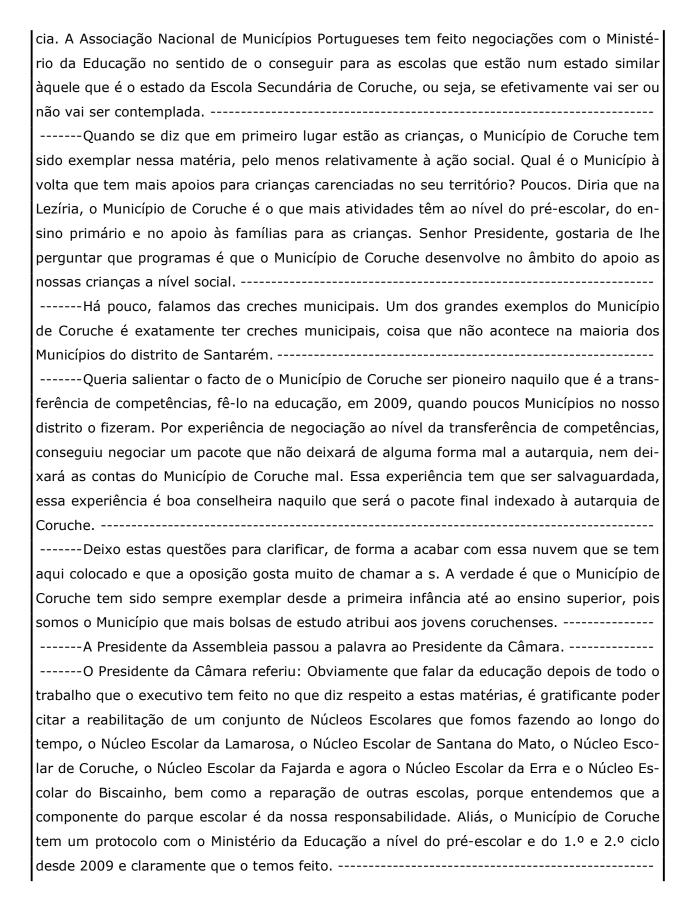
Nós somos favoráveis à vinda de autocaravanistas, mas o que tem de haver é re-
gras, ou seja, o cumprimento do Regulamento
Não podemos aceitar, oxalá que não, se um dia houver um incêndio numa autocara-
vana. Eu interrogo-me e quero perceber como é possível o acesso aos Bombeiros para
combater um incêndio com o espaço sempre lotado
Enquanto não tivermos as formas automáticas de fazer o controle da permanência de
autocaravanas, tem de haver com alguma regularidade a passagem da fiscalização munici-
pal pelo local. Não é difícil contar as autocaravanas. Terá de haver uma forma de controle
do número de autocaravanas ou a Câmara colocar alguém na portaria e cobrar a respetiva
taxa. Provavelmente, o Regulamento terá de ser alterado. Não podemos aceitar que o Re-
gulamento preveja o parqueamento de 40 autocaravanas e que estejam 70 e 80 autocara-
vanas no local, é inaceitável
Registei que o Senhor Presidente, creio que todos registamos, fez aqui uma crítica
veemente ao Governo do Partido Socialista, ao seu próprio Governo, ao dizer que já não
tem paciência porque lhe mentem, ele não usou o termo mentir, estou eu a usar, mas é
disso que se trata
Há meses, o Senhor Presidente prometeu-nos, de acordo com a reunião que tinha
tido nos serviços do Ministério da Saúde, que havia a perspetiva de o horário do Centro de
Saúde ser até à meia-noite. O problema é que se mantem tudo na mesma. Também conti-
nua a não funcionar o equipamento de RX há meses. Isto é inaceitável. Só deduzo que o
peso político do Senhor Presidente, perante o Governo e as instâncias governamentais do
mesmo partido, é um peso político muito irrelevante, e isso é que é de lamentar. O Presi-
dente da Câmara tem de tomar uma atitude perante os seus concidadãos, não pode andar
num vai e vem e ninguém lhe liga nenhuma. Eu digo-lhe que tenho pena de si
O Presidente da Câmara referiu: Queria só clarificar que o Presidente da Câmara não
prometeu nada, apenas deu conhecimento daquilo que lhe informaram, aliás, informação
essa que foi vinculada na Assembleia da República pela Ministra da Saúde
No concelho de Coruche todas as pessoas têm médico de família. Se formos ver em
Salvaterra de Magos há muitas pessoas sem médico de família. Mas o Presidente da Câmara
é que não tem peso político
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Nós não estamos a falar de médi-
cos de família, estamos a falar do Serviço de Atendimento Permanente e do não funciona-
mento do equipamento de RX
A solução pode passar por consultarmos o programa da TVI, "Perplexidades", talvez
tenhamos uma resposta



PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO UM - ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGA-
ÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A DI-
RETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CORUCHE, NOS TERMOS DO N.º 3 DO
ARTIGO 44.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO:- Foi presente o ofí-
cio n.º 11694, de 22 de janeiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando pro-
posta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião or-
dinária de 4 de janeiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Pre-
sidente da Câmarasidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Este Contrato Interadministrativo de Delegação de
Competências no Agrupamento de Escolas de Coruche foi assinado em 2022 e previa as
competências na área dos Assistentes Operacionais, mas não previa que pudesse fazer a
sua avaliação em termos de SIADAP
Tendo em conta que, entretanto, saiu matéria legislativa que permite que o Agrupa-
mento de Escolas, na pessoa da Senhora Diretora, possa fazer a avaliação do desempenho
das funcionárias, estamos a dar-lhe essa competência, não só para anualmente fazer essa
avaliação, mas para a auscultação e receção de reclamações em termos de SIADAP, não
obstante serem trabalhadoras da Câmara, estão afetas ao estabelecimento de ensino
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Como tínhamos este ponto sobre o
Agrupamento de Escolas, achei por bem fazer uma intervenção sobre a educação
Aquilo que veio a público recentemente e o que o Senhor Presidente acabou de
acrescentar é mais umas achas para a fogueira, de que havia salas fechadas para guarda
lixo. Já não é só o que veio a público que é preocupante, é mais esta lenha que o Senhoi
Presidente acabou de mandar para a fogueira, relativamente à forma como está gerida esta
escola e como é que chegou àquele ponto. Acho que nos deixou perplexos
Eu estava a trabalhar e comecei a receber notícias sobre a escola e ainda a pergun-
tarem-me se era verdade e se eu tinha conhecimento da situação
Realmente eu não tinha noção do estado em que estava a escola
Deixa-me verdadeiramente preocupado qual é o papel do Município
Comecei a apurar e a perguntar como é que estavam as outras escolas e verifiquei o
seguinte:

A E.B.2.3 não pode ter aquecimento, porque o sistema não aguenta e aos professo-
res que levavam aquecimento foi-lhes pedido para não levarem;
Na Escola da Fajarda não ligam o aquecimento, aparentemente não aguenta;
Na Escola da Branca há as humidades que todos nós sabemos e infiltrações desde
que a mesma abriu e por mais intervenções que tenha, continua os problemas
Estas escolas não são da gestão do Governo, são da gestão da Câmara Municipal
Temos este problema na Escola Secundária e a Câmara não quer receber o edifício.
Percebo porque é que está neste estado de abandono por parte de quem manda, pois tam-
bém as escolas que são geridas pelo Município apresentam graves problemas
Não percebo porque é que a Câmara não resolve o problema da E.B.2.3 ou não re-
solve o problema da Escola da Fajarda, que é nova. Porque é que não há aquecimento na
Escola da Fajarda?
Tudo isto leva-me a uma preocupação que são as crianças. Acho que ninguém aqui
está minimamente preocupado com as crianças, porque se estivessem, nem as escolas que
têm a gestão da Câmara, nem as escolas que têm a gestão do Governo, estavam neste es-
tadotado
Também acho estranho, existindo um pelouro da educação, que não haja uma inter-
venção, que não haja um acompanhamento desta situação, que não haja um alerta para
que não se chegasse a este estado
Em relação às situações mais gritantes na Escola Secundária, as casas de banho
existentes no bloco onde se fazem as refeições estão fechadas e quando os alunos vão fazer
as refeições os outros blocos também estão fechados, portanto, se precisarem de ir à casa
de banho na hora das refeições não podem ir
Também noutros blocos notei que havia plásticos e cartões nas janelas, aparente-
mente são para tapar a entrada do frio no inverno
Senhor Presidente, o que eu lhe quero dizer de uma forma muito clara e olhos nos
olhos é que a Câmara tem de resolver estes problemas mais imediatos, nem que depois
mande a fatura para o Governo, que chame cá os governantes. Aparentemente o Ministro
da Educação esteve no distrito, ontem ou hoje. Que faça chegar rapidamente ao Governo
que é inadmissível esta situação e que as nossas crianças não merecem estar nestas condi-
ções, não ter casas de banho e ter as janelas vedadas com cartões, é incompreensível
Senhor Presidente, de uma forma muito transparente vamos pôr as crianças à frente
das politiquices e que a Câmara Municipal deve assumir as obras de conforto na Escola Se-
cundária para que as crianças não estejam nestas condições e também deve resolver os
problemas existentes nas escolas que são da sua responsabilidade







No que diz respeito a estas novas competencias para o ensino secundario, fomos
muito reticentes em as aceitar, desde logo, porque os valores em causa não nos davam
conforto suficiente para que pudéssemos responder às necessidades dos encargos que eram
conhecidos, portanto, isso remeteu, como todos devem ter acompanhado, para uma discus-
são a nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses
Deixem-me dizer que o trabalho da Associação Nacional de Municípios Portugueses,
foi exemplar, porque o conjunto de autarcas que fizeram esse trabalho conseguiram ganhos
extraordinários naquilo que tem a ver com as negociações com o Governo em matéria de
educação, ficando estabelecido que as escolas que constavam na portaria identificadas co-
mo de primeira e segunda prioridade eram da responsabilidade do Governo, significa que
nessas escolas o bem físico patrimonial não passaria para os Municípios e foi isso que acon-
teceu
Quando assinamos o protocolo com o Ministério da Educação, que foi bem esgrimido
em termos daquilo que é a sua redação e da assunção de responsabilidades, quer da Câma-
ra, quer do Agrupamento de Escolas, e bem legitimado em termos jurídicos e técnicos, o
edifício não passou para a competência da Câmara Municipal, significa que passaram os As-
sistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais, mas o edifício não é da Câmara. Está iden-
tificada como escola prioritária de primeira necessidade, como tal é competência do Gover-
no, por isso nós não a aceitamos. Há um conjunto de Municípios que não aceitaram os edifí-
cios porque é uma competência do Governo
Nós não vamos tirar do nosso bolo para fazer aquilo que são responsabilidades do
Estado. Entendem, os autarcas, que isso está no acordo que foi feito com a Associação Na-
cional de Municípios Portugueses, portanto, é uma responsabilidade do Governo e têm de
ser feitas e financiadas a 100%, pelo que os Municípios não vão assumir a contrapartida na-
cional
Desde 1 de abril de 2022 que a responsabilidade em relação ao edificado é exata-
mente aquela que era antes de nós assinarmos o protocolo
No entanto, nós sempre o temos feito, porque a preocupação são as crianças, são os
professores, são os assistentes operacionais
Não é pela escola não ser da nossa responsabilidade que não vamos arranjar a tor-
neira, não é pelo Tribunal não ser da nossa responsabilidade que não vamos cortar a relva,
não é pelo Centro de Saúde não ser da nossa responsabilidade que não vamos arranjar as
canalizações ou qualquer equipamento que está avariado, podemos fazê-lo no âmbito da-
quilo que é a gestão corrente e foi isso que nós fizemos na Escola Secundária desde sem-
pre, fizemos um conjunto de reparações, conservações e manutenções, nomeadamente,

	nos estores, na cobertura da portaria, na substituição de lâmpadas nas casas de banho, nas
I	balizas, na rede elétrica, etc. Então a Câmara não tem feito nada na Escola Secundária?
İ	Há Conselhos Gerais onde estamos todos representados
ı	Onde é que está a representação dos pais para denunciar estas questões?
İ	Onde é que está a representação dos trabalhadores?
i	Onde é que está a representação dos estudantes que vão ao Conselho Geral
ı	É preciso haver o empolamento nas redes sociais para alguém dizer que uma casinha
İ	de banho está fechada?
i	Obviamente que estas coisas têm que ter manutenção e conservação
İ	Quem é que fez a manutenção dos arruamentos que estavam degradados na Escola
İ	Secundária, porque há uma criança com deficiência que nem a cadeira de rodas podia en-
I	trar naquela escola? Foi a Câmara Municipal com muito orgulho. Não está a trabalhar para o
İ	Estado, está a trabalhar para as crianças que frequentam a escola
İ	É claro que para nós a educação é uma prioridade
İ	É quase como na Azervadinha, deixámos de reparar a estrada e substituir as pedras,
İ	porque andávamos a reparar e estava sempre mal
İ	Na Escola Secundária nós fazemos aquilo que é a gestão de conservação e manuten-
İ	ção para a mesma funcionar, mas não podemos fazer tudo
İ	O Estado não sabe do projeto inicial da Escola Secundária, nem tem projeto das in-
İ	fraestruturas, águas, esgotos etc., nós temos que fazer tudo de raiz
I	Respondendo à Senhora Deputada Mara Coelho, se eu tenho conhecimento se o
İ	Agrupamento de Escolas tem questionado ou não o Governo sobre estas matérias, não lhe
I	consigo dizer, porque estas questões não têm sido tema no Conselho Geral
İ	No que diz respeito à escola ser prioritária, efetivamente é verdade, foi publicado no
İ	Diário da República um conjunto de escolas e com prioridade dois está a Escola Secundária
I	de Coruche, no sentido de ser reabilitada e intervencionada
I	Quanto aos apoios sociais, claramente que sim, famílias com duas crianças nas cre-
I	ches municipais terem a redução de 50%, o cartão jovem, situações sociais através de es-
I	tratos sociais desfavorecidos ou de carência económica na redução das prestações, o paga-
ĺ	mento das mensalidades de transporte escolar e refeições, não obstante os livros escolares
I	serem gratuitos, atribuímos 75 € para o escalão A e 35 € para o escalão B, a atribuição de
I	bolsas de estudo, que este ano resolvemos aumentar o seu valor, era 200 € e passou para
j	220 €, a partir de janeiro. Há um cuidado no que respeita à componente social
	Respondendo ao Senhor Deputado Francisco Gaspar, relativamente à Escola da
	Fajarda, o sistema avariou e a empresa que o instalou agora não o consegue reparar e nós



comprámos ares condicionados portáteis para lá colocar, até a empresa os reparar
Quanto à questão que me coloca sobre a E.B.2.3, não há qualquer rejeição
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Só quero lembrar que já estamos
a extravasar o ponto em discussão
Estou a chamar a atenção da Mesa que ainda temos 15 pontos da Ordem do Dia
A Presidente da Assembleia referiu: O Senhor Presidente está a responder à questão
do Senhor Deputado Francisco Gaspar
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: As crianças não interessam à CDU
A Presidente da Assembleia referiu: Fica a chamada de atenção do Senhor Deputado
Armando Rodrigues
O Presidente da Câmara referiu: Senhor Deputado Francisco Gaspar, no Biscainho,
temos um problema que é potência insuficiente e já mandamos colocar ares condicionados.
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Foram os pais que me disseram que
os ares condicionados não estão a funcionar, não estão ligados
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um
A Assembleia deliberou, por unanimidade, em conformidade com a alínea k) do n.º 1
do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Minuta da
Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no domínio da Edu-
cação entre o Município e a Diretora do Agrupamento de Escolas de Coruche, nos termos do
n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DOIS - ADITAMENTO AO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊN-
CIAS NO ÂMBITO DO ESTACIONAMENTO ENTRE O MUNICÍPIO E A COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO:- Foi presente o ofício n.º 138, de 6 de janeiro
de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígra-
fe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 4 de janeiro de 2023, a
qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A Assembleia Municipal já deliberou sobre a delega-
ção de competências para as áreas de estacionamento público
São competências que o Governo transferiu para as autarquias, daí a possibilidade
de instrução de procedimentos contraordenacionais e a aplicação de coimas
No primeiro protocolo da delegação destas competências na Comunidade Intermuni-
cipal da Lezíria do Tejo não estava prevista a aplicação de coimas e de custas no âmbito

deste processo. Entretanto, a lei foi alterada e velo permitir que essas competencias pudes-
sem transitar para as Comunidades Intermunicipais
O que estamos a fazer é uma adenda ao procedimento, no sentido de a Comunidade
Intermunicipal da Lezíria do Tejo ficar com todas estas responsabilidades, ou seja, o proces-
so de instrução contraordenacional e as questões relacionadas com a aplicação de coimas e
custas nas áreas de estacionamento
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento,
a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo
25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de no-
vembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 76/2022, de 31 de outu-
bro, e do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprovar a Minuta de Adi-
tamento ao Contrato de Delegação de Competências no âmbito do Estacionamento entre o
Município e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TRÊS - I REVISÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL:- Foi
presente o ofício n.º 139, de 6 de janeiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, ane-
xando a I Revisão ao Regulamento do Mercado Municipal, que foi aprovada por unanimida-
de, em sua reunião ordinária de 4 de janeiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da
presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se da I Revisão ao Regulamento do Mercado
Municipal, dado que havia situações a ajustar. Por um lado, preciosismos de escrita, por ou-
tro lado, algumas questões funcionais
Não foram colocadas questões em termos da discussão pública
As alterações são ao nível dos artigos 4.º, 12.º, 18.º, 19.º, 23.º, 29.º e 31.º
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimen-
to, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três



A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alinea g) do n.º 1 do artigo
25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a I Revisão ao Regulamen-
to do Mercado Municipal
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO QUATRO - REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDI-
FICAÇÃO - RETIFICAÇÃO DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 51.º:- Foi presente o ofício
n.º 980, de 2 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta
sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária
de 1 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do
Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Conforme consta na redação do documento é um
erro de escrita no que diz respeito ao artigo 51.º, alínea e), ou seja, onde se lê: "e) A área
de anexos não exceder 40% da área do lote ou prédio, podendo ser acrescida de mais 15%,
desde que este acréscimo de área se destine exclusivamente a estacionamento, salvo dis-
posição contrária em plano municipal de ordenamento do território", deve ler-se: "e) A área
de anexos não exceder 40% da área de implantação da edificação principal, podendo a área
resultante desta percentagem ser acrescida de mais 15%, desde que este acréscimo de
área se destine exclusivamente a estacionamento, salvo disposição contrária em plano mu-
nicipal de ordenamento do território."
É para fazermos esta retificação
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimen-
to, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo
25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a retificação da alínea e)
do artigo 51.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, que passará a ter
a seguinte redação:
"e) A área de anexos não exceder 40% da área de implantação da edificação princi-
pal, podendo a área resultante desta percentagem ser acrescida de mais 15%, desde que
este acréscimo de área se destine exclusivamente a estacionamento, salvo disposição con-
trária em plano municipal de ordenamento do território."
A presente deliberação foi aprovada em minuta

PUNTO CINCO - ATRIBUIÇÃO DE BENEFICIOS FISCAIS E BUNIFICAÇÃO SU-
BRE O VALOR DE LOTES DA ÁREA EMPRESARIAL DO SORRAIA, NO ÂMBITO DO RE-
GULAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, AO INVESTIMENTO E
À CRIAÇÃO DE EMPREGO:- Foi presente o ofício n.º 979, de 2 de fevereiro de 2023, da
Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi
aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 1 de fevereiro de 2023, a qual fica
a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do
Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se da aceitação de candidaturas apresentadas
por quatro empresas, individualmente, na sequência da publicação do Edital para a venda
de lotes na Área Empresarial do Sorraia - Zona Industrial do Monte da Barca Norte
A empresa Rubysgest, Lda., e a empresa DIECI Portugal, Comércio de Máquinas e
Equipamentos Agrícolas e Industriais, Lda., ainda não podem ser admitidas no âmbito de
um conjunto de benefícios fiscais, uma vez que ambas apresentaram o seu manifesto inte-
resse no mesmo lote. Como tal, ocorreu uma reunião extraordinária de hasta pública, entre
elas, para selecionar quem ficaria com cada lote
A empresa Rubysgest, Lda., destinada a indústria de produção de alimentos para
animais de companhia, snacks biscoitos e outros alimentos, propõe-se fazer um investimen-
to de 4 milhões de euros, criar 10 postos de trabalho qualificados, nos lotes n.ºs 49, 50, 51
e 52, com uma área total de 13.904 m²
A empresa DIECI Portugal, Comércio de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Indus-
triais, importador oficial da marca DIECI SRL - Comércio de Máquinas e Equipamentos Agrí-
colas e Industriais, Lda., propõe-se fazer um investimento de 400 mil euros, admitir 6 tra-
balhadores e concorreu aos lotes n.ºs 19 e 20, com uma área total de 1.706 m²
As empresas para as quais vamos deliberar um conjunto de incentivos fiscais e a re-
dução do valor da aquisição dos lotes, são as seguintes:
Vale do Pavão - Agro-Produção, Comércio e Turismo, Unipessoal Lda., com unidade
de cura e afinação e embalamento de queijos, presuntos e enchidos, cujo investimento é de
800 mil euros, a criar 20 postos de trabalho, 10 dos quais são qualificados, adquiriu os lotes
n.ºs 67, 69 e 70, numa área total de 3.382 m²
Tonikbloom, Sociedade Unipessoal, Lda., com produção de flor seca de canábis atra-
vés de hidroponia e iluminação artificial e respetiva fabricação de produtos farmacêuticos de
base medicinal, propõe-se fazer um investimento de 15 milhões de euros, criar 30 postos
de trabalho qualificado, no lote n.º 89, com uma área de 8.662m²



No âmbito das propostas e aquilo que são os requisitos das candidaturas, o júri deli-
berou, tendo em conta que, a sede social é no concelho, o número de postos de trabalho é
superior àquele que está no procedimento, fazem um investimento direcionado para uma
atividade económica relevante para o concelho, obterem um benefício de uma redução de
40% no valor de aquisição do lote:
Para a empresa Vale do Pavão - Agro-Produção, Comércio e Turismo, Unipessoal
Lda., que adquiriu agora o lote n.º 67, já tinha adquirido os lotes n.ºs 69 e 70, o valor glo-
bal destes lotes seria 69.740 €, tendo em conta o cumprimento de todos os requisitos, tem
uma redução de 40% em cada um dos lotes, o valor de aquisição destes três lotes é de
41.844 €. Além desta redução no valor de aquisição dos lotes tem ainda os benefícios fiscais
referentes à isenção do IMI, à isenção do IMT e ainda a redução das taxas municipais de
construção e edificação
Para a empresa Tonikbloom, Sociedade Unipessoal, Lda., que adquiriu o lote n.º 89,
com a área de 8662,0 m², estamos a falar de um valor patrimonial de 159.820 €, mas face
à redução dos 40% e tendo em conta que obedeceu a todos os critérios o valor do lote é
95.886 € e ainda a isenção das taxas do IMT e do IMI, durante 5 anos, e a redução das ta-
xas municipais de edificação e urbanização
Em relação às outras duas empresas, o processo virá depois à Assembleia Municipal,
uma vez que ambas queriam o mesmo lote, mas na reavaliação já optaram por lotes dife-
rentes, estou a falar das empresas Rubygest, Lda. e DIECI Portugal, Lda
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Nuno Figueiredo referiu: Este é um tema que interessa muito
ao PSD, porque tudo o que traga empresas e emprego tem sempre o nosso total apoio
Aplica-se a questão da instalação/interesse destas empresas estar condicionada a
algum financiamento ou a algum fundo europeu?
O Presidente da Câmara referiu: A empresa Tonikbloom, Sociedade Unipessoal, Lda.,
já contratou projetistas locais para fazer o projeto e não precisa de recorrer a nenhum fi-
nanciamento, quanto às outras empresas, não sei se vão recorrer ou não a algum financia-
mento
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Estamos de acordo com a propos-
ta que nos é apresentada, pena é que não estejamos a discutir a atribuição de isenções e de
benefícios fiscais a empresas de outra dimensão, que pudessem criar um maior número de
postos de trabalho qualificados e que contribuíssem para a fixação de jovens e a criação de

mais emprego
Esta é a realidade que nós temos, há um constrangimento estrutural para o desen-
volvimento local do concelho, que é a não existência da nova travessia do Vale do Sorraia.
Vamos dizendo que continuamos a lutar, mas, como eu disse há pouco, tem que haver ou-
tra forma de reivindicar junto do Governo Central para resolver o problema da nova traves-
sia do Vale do Sorraia, de forma a permitir que empresas de outra dimensão se possam fi-
xar no concelho e aí sim possamos contribuir para animar o tecido industrial, mais emprego
e a fixação de mais jovens
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos dos artigos 10.º e 12.º do Re-
gulamento de Apoio ao Desenvolvimento Económico, ao Investimento e à Criação de Em-
prego:
Aprovar a isenção de IMT e a bonificação sobre o valor dos lotes n.ºs 67, 69 e 70 da
Área Empresarial do Sorraia, à empresa Vale do Pavão - Agro-Produção, Comércio e Turis-
mo Unipessoal, Lda., nos seguintes termos:
Lote n.º Área m² Valor da Venda Bonificação Valor de Bonificação
67 1727,0 34.870,00 € 40,00% 13.948,00 €
69 790,0 16.710,00 € 40,00% 6.684,00 €
70 865,0 18.160,00 € 40,00% 7.264,00 €
Aprovar a isenção de IMT e a bonificação sobre o valor do lote n.º 89 da Área Em-
presarial do Sorraia, à empresa Tonikbloom, Sociedade Unipessoal Lda., nos seguintes ter-
mos:,
Lote n.º Área m² Valor da Venda Bonificação Valor de Bonificação
67 1727,0 34.870,00 € 40,00% 13.948,00 €
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO SEIS - MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE
2022:- Foi presente o ofício n.º 1491, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de
Coruche, anexando o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental de 2022, que foi
aprovado por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, o qual
fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A aprovação deste documento é condicionada à I
Revisão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento.
É um documento técnico que retrata a dimensão financeira no que diz respeito à re-



ceita e à despesa plasmada na nossa contabilidade no final do ano de 2022
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimen
to, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artig
25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciar favoravelmente o Mapa d
Demonstração do Desempenho Orçamental de 2022
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO SETE - I REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023/2027:
Foi presente o ofício n.º 1490, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coru
che, anexando a I Revisão às Grandes Opções do Plano de 2023/2027, que foi aprovada po
maioria, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte inte
grante da presente ata
PONTO OITO - I REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2023/2027:- Foi presente o ofi
cio n.º 1489, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a
Revisão ao Orçamento de 2023/2027, que foi aprovada por maioria, em sua reunião ordiná
ria de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução conjunta aos Pontos Sete e Oit
por parte do Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Esta I Revisão visa incorporar o remanescente da
quilo que é o saldo da gerência de 2022
Quando preparámos o Orçamento para 2023, eu disse aqui e assumo essa descrição
que nós não conseguimos colocar todas as ações que gostaríamos, porque a dimensão fi
nanceira do Município não esticava para além daquilo que era a disponibilidade que tínha
mos no nosso Orçamento real. Com o saldo da gerência que antecipamos em cerca de 1
milhões de euros e os fundos comunitários associados ao nosso Orçamento fizemos o Or
çamento para 2023 condicionado de certa forma à incorporação deste valor, até porque al
gumas rubricas das Ações Mais Relevantes e do Plano Plurianual de Investimentos não ti
nham dotação suficiente para puder ter o desempenho anual em 2023
Todas as ações que estão identificadas em termos de despesa devem ser comprome
tidas e cabimentadas no início do ano, por forma a que as verbas correspondentes sejar
intocáveis até à despesa dessa mesma verba
Estamos perante um documento técnico que é bastante entendível, mesmo par

quem não tem noção destas matérias contabilísticas
Passo a descrever algumas ações que foram reforçadas financeiramente:
Remodelação das Instalações Municipais da Zona Industrial do Monte da Barca;
Informatização;
Aquisição de equipamento;
Aquisição de viaturas;
Aquisição de autocarro;
Aquisição de viatura comercial ligeira;
Aquisição de equipamento diverso;
Aquisição de mobiliário
Também foram incorporadas algumas ações novas, as quais não estavam nos docu-
mentos iniciais, que passo a citar:
Aquisição de mobiliário para os Núcleos Escolares da Erra e do Biscainho;
Requalificação da E.B.2.3 Dr. Armando Lizardo. É preciso reparar esta escola, a qual
é da nossa responsabilidade, temos de colocar o dinheiro para que possamos fazer o projeto
e requalificá-la;
Requalificação da E.B.1 da Azervadinha;
Requalificação da E.B.1 do Rebocho;
Requalificação da Escola Secundária de Coruche. Se calhar vão dizer que a Câmara
não tem competência para mandar fazer o projeto, uma vez que a obra não é da sua res-
ponsabilidade. Temos de encontrar um mecanismo inteligente que permita fazer o projeto e
as obras nesta escola
Requalificação do Edifício Municipal sito na Rua Dr. Virgílio Campos Pais do Amaral, a
saber a Escola Profissional de Coruche. Significa que o Município está preocupado com o en-
sino público, mas também com o ensino cooperativo privado, que é a Escola Profissional e
que tem um polo de aprendizagem muito importante no nosso concelho, o qual forma um
conjunto de jovens
Em relação à Ação Social, aparece uma rubrica para a Estrutura Residencial para
Pessoas Idosas, na Fajarda - Aquisição de Equipamento. Uma vez que esta infraestrutura já
iniciou, é necessário desenvolver o procedimento de consulta para todas as componentes
que dizem respeito à aquisição de mobiliário
Substituição do Relvado Sintético em Santana do Mato;
Construção de Balneários - Instalações Desportivas Municipais em Santana do Mato;-
Foros de Coruche - Vale Mansos, Rua do Pé Leve - pavimentação 1.ª fase. Dirão que
é um projeto que anda aqui há não sei quanto tempo. É um projeto que está a ser feito pelo



nosso Gabinete de Projetos e que tem dotação orçamental pela primeira vez para se fazer a
obra;
Só constam nestes documentos ações que foram alvo de alteração orçamental ou
ações novas, pois aquelas que não tiveram alteração continuam nos documentos iniciais
Temos que ter capacidade para dar corpo técnico aquilo que é a dimensão financeira
do nosso Orçamento. Obviamente que não é só ter disponibilidade financeira elencada às
necessidades daquilo que são as estratégias de investimento do Município, temos de ter ca-
pacidade técnica de resposta para fazer projetos, para lançar empreitadas a concurso, para
as acompanhar e para as fiscalizar
Neste momento, temos uma dimensão brutal de empreitadas que estão a ser acom-
panhadas pelos nossos técnicos municipais, que são excelentes técnicos, extraordinários,
para o devido acompanhamento
No Couço, Rua do Bocage e Rua Alves Redol, e nos Foros de Lagoíços, Rua da Rosei-
ra Branca - para fazer o projeto
Na Branca, Rua da Escola Nova - execução de passeios;
Nos Lagoíços, Repavimentação das Ruas Capitães de Abril, José Dias Coelhos, Pedro
Soares, da Vitória, Humberto Delgado, 1.º de Maio, Maria Eufémia e Timor - são artérias
que ainda estão em gravocimento e com o pavimento degradado e que serão repavimenta-
das;
Circular Envolvente à Escola Secundária de Coruche. É uma artéria que termina no
portão da escola, do outro lado, nas traseiras das piscinas municipais e entre os campos de
padel, de certa forma é uma artéria sem saída. A ideia é fazer este anel circular na rua que
passa pela frente da Escola Secundária e que vai ligar à outra artéria que está nas traseiras
das piscinas e dos campos de padel, criando uma artéria de circulação para acabar com
l aquele gueto sem saída, de forma a permitir que os pais e os transportes possam deixar os
alunos no parque improvisado que a Câmara lá colocou. É para fazer projeto
Rebocho, Rua da Escola - está em terra batida, temos de resolver este problema;
 Volta do Vale, Rua da Reforma Agrária - temos de requalificar junto à associação,
fazer passeios, organizar estacionamento e repavimentar o troço;
Lamarosa, Rua das Cabecinhas - é para fazer projeto;
Branca, Rua das Canas - 2.ª fase - é para fazer projeto;
 Construção de Lombas Redutoras de Velocidade no Concelho - não imaginam a
quantidade de pedidos, mal se faz uma estrada nova;
Módulo Autónomo de Informação Turística na E.N.2;
Todas estas ações têm a ver com as Grandes Opções do Plano, onde está o Plano
The second agree seminal evaluate opposition and obtains

Plurianual de Investimentos e as Ações Mais Relevantes e que totalizam um reforço de cerca
de 2 milhões de euros, ou seja, daquilo que é a nossa disponibilidade em termos de saldo
da gerência inicial de 5.393.000 euros, cerca de 2 milhões de euros foram para reforçar as
Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes) e o
diferencial, cerca de 3 milhões de euros, para reforçar o Orçamento. Há um conjunto de ru-
bricas que só vão à despesa do Orçamento e outras que dizem respeito às Grandes Opções
do Plano
O Orçamento é o documento que acolhe todas as despesas das Grandes Opções do
Plano e tem também um conjunto de ações próprias de despesas constituídas dentro do
próprio documento
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Não basta estarem elencadas as
ações e com dotação para que elas efetivamente se realizem. A experiência que nós temos
é de que a taxa de execução tem sido muito reduzida. É uma perspetiva, é uma indicação,
mas não significa que as ações se vão realizar
Uma nota que para mim é uma curiosidade, uma dotação de 60 mil euros para a
Comissão de Festas. Supunha que já estava resolvido na cabeça de algumas personalidades
desta terra que a Comissão de Festas é uma enorme falácia. Não há nenhuma Comissão de
Festas. As festas são promovidas, são montadas, são financiadas pela Câmara. A Comissão
de Festas é uma coisa fictícia, há uma pessoa que dá a cara pela Comissão de Festas. Pro-
vavelmente, no próximo ano, não constará aqui uma verba, porque já não haverá Comissão
de Festas, será a Câmara a assumir, finalmente, como deve assumir, a realização das fes-
tas
Há uma dotação de 240 mil euros para as festas, presumo que não tem nada a ver
com a imputação de outros custos, como pessoal, etc. É só para justificar os números que
eu aqui avancei, há meses atrás, quando falei do custo que tiveram para o Município as úl-
timas festas e que o Senhor Presidente disse que não e riu-se. Contudo, fazendo bem as
contas e imputando todos os custos, vamos ver se as festas ficam muito longe de custarem
500 mil euros
A Deputada Municipal Ortelinda Graça referiu: Eu tenho sempre um sentido positivo
e acredito que estas obras se vão realizar, sobretudo todas as ruas da minha freguesia que,
finalmente, estão elencadas nestes documentos
Há umas correções que eu gostaria que tomassem nota para que as obras aconte-



çam
Nos Foros de Lagoíços, falou-se na repavimentação da Rua Capitães de Abril, mas
sendo esta rua em terra batida não pode ser o reforço de betuminoso
 Não há nenhuma Rua Maria Eufémia, existe é a Rua Catarina Eufémia, sendo essa
que precisa de intervenção e do reforço do betuminoso
Há a Rua José Dias Coelho e não a Rua José Dias Coelhos
 A Rua de Timor é no Couço e não nos Foros de Lagoíços, mas a mesma necessita do
reforço de betuminoso e eu fico satisfeita por ela estar elencada nos documentos
A Rua da Reforma Agrária, na Volta do Vale, tem uma parte ainda em terra batida. É
 para fazer essa referência
Tinha colocado a questão na última Assembleia Municipal e volto a colocar, se a Rua
Povo Unido não vai constar no Plano Plurianual de Investimentos. Vamos continuar sem fa-
zer nada na Rua Povo Unido?
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Peço desculpa pelo lapso descritivo nos nomes das
ruas
No que diz respeito à Rua Povo Unido, nos Foros de Lagoíços, é uma questão de es-
trutura viária desta artéria, porque não tem pluvial, tem caleiras laterais e tampas de ci-
mento. De facto, é necessário intervir, mas temos que fazer o projeto primeiro
As ruas que são pavimentadas carecem de um projeto mais simples, no fundo é me-
dir a rua, sinalizar em planta, fazer uma memória descritiva e temos o projeto feito
Neste caso concreto, há que encontrar uma solução para aquelas águas, porque
aquando de grandes chuvadas as caleiras transbordam ou é preciso limpar as areias, não
tem escoamento. É um problema que já se arrasta há algum tempo. O grande problema
dessa rua nem é tanto o betuminoso, mas as condições de circulação das pessoas em cima
daquelas tampas. Temos que encontrar drenagem para aquelas águas em sede de projeto,
com um levantamento topográfico
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete
A Assembleia deliberou, por maioria, com catorze votos a favor do PS e dez absten-
ções (seis da CDU e quatro do PSD), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do
Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de
30 de dezembro, aprovar a I Revisão às Grandes Opções do Plano de 2023/2027
A presente deliberação foi aprovada em minuta
A Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito
A Assembleia deliberou, por maioria, com catorze votos a favor e dez abstenções

(seis da CDU e quatro do PSD), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I
da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de
dezembro, aprovar a I Revisão ao Orçamento de 2023/2027
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto:
Abstivemo-nos nesta votação, porque é curioso ver a emoção que o Senhor Presi-
dente continua a pôr na apresentação destas intenções. A verdade é que a realidade é sem-
pre muito diferente, os níveis de execução são baixíssimos, dos mais baixos do distrito de
Santarém
Os documentos não passam de vontades, ideias boas que nós todos aprovamos,
mas, infelizmente, depois na realidade não se vão concretizar, mais uma vez, e nós vamos
continuar a ver esta emotividade e estas ações a arrastarem-se ao longo dos anos
De seguida, procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e catorze
minutos
Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e trinta e dois minutos.
A partir deste momento, o Deputado Municipal Paulo Matias deixou de parti-
cipar nos trabalhos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e três membros.
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o
_ ` ` `
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
PONTO NOVE - I ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023:- Foi presente o ofício n.º 1488, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a I Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata



responder a todas as necessidades identificadas, até porque os recursos humanos conso-
mem uma verba substancial em termos de Orçamento, significa que se tem de verificar c
equilíbrio entre as receitas correntes e as despesas correntes, portanto, esse equilíbrio pas-
sa muito por aquilo que é o encargo com a rubrica das despesas com pessoal, até porque
todos os procedimentos que são para abrir novos concursos, não obstante serem abertos
em março, abril ou dezembro, deste ano, têm que ter cabimentação adequada para o efei-
to, daí que tenha de estar consagrada
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimen-
to, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Nove
A Assembleia deliberou, por unanimidade, em conformidade com a alínea o) do n.º 1
do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a I Alteração ac
Mapa de Pessoal de 2023, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 28.º e 29.º da
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decre-
to-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DEZ - I ALTERAÇÃO AO PLANO ANUAL DE RECRUTAMENTO DE 2023:-
Foi presente o ofício n.º 1487, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Coru-
che, anexando a I Alteração ao Plano Anual de Recrutamento de 2023, que foi aprovada por
unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte
integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dez por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A I Alteração ao Plano Anual de Recrutamento de
2023 é uma consequência da I Alteração ao Mapa de Pessoal, portanto, identifica as neces-
sidades de novos recrutamentos e os encargos que estão consubstanciados nestes novos
recrutamentos para cada um dos serviços e nas unidades orgânicas
Significa que há uma obrigatoriedade que é nova, que são feitas alterações ao Mapa
de Pessoal e ao Plano Anual de Recrutamento a identificar essas necessidades em termos de
recrutamentos previsionais para o ano de 2023
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais

	Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimen-
ŀ	to, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dez
İ	A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do
1	Anexo I da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações subsequentes, aprovar a I
1	Alteração ao Plano Anual de Recrutamento de 2023
İ	A presente deliberação foi aprovada em minuta
	PONTO ONZE - COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA REFERENTE AO
1	ANO DE 2022, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A COMUNIDADE
:	INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO:- Foi presente o ofício n.º 1492, de 14 de feve-
ŀ	reiro de 2023, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em
1	epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de
:	2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
l	A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Onze por parte do
ļ	Presidente da Câmara
l	O Presidente da Câmara referiu: Este assunto tem a ver com o cumprimento das
ŀ	obrigações do Município de Coruche no que diz respeito a suportar os encargos com a coor-
1	denação de segurança em obra do nosso concelho que a Comunidade Intermunicipal da Le-
	zíria do Tejo disponibiliza os técnicos de segurança e higiene no trabalho que fazem o
ŀ	acompanhamento e aprovam os Planos de Segurança de cada uma das nossas obras, signi-
1	fica que tem que haver a compensação diária por este trabalho
İ	Estamos a falar de um encargo de 11.225,00 €, que irá ser pago em prestações tri-
ŀ	mestrais, no valor de 2.806,25 \in cada, durante o ano de 2023, para fazer face a esta des-
ŀ	pesa gerada com o acompanhamento de um conjunto de obras que decorreram durante o
ŀ	ano de 2022, para se perceber a dimensão de execução ao nível das infraestruturas por
ļ	parte da Câmara Municipal, que passo a citar:
	Empreitada de Construção do Núcleo Escolar da Erra;
İ	Empreitada de Construção do Núcleo Escolar do Biscainho;
ı	Reabilitação do Largo da Erra;
İ	Empreitada de Arranjos Exteriores e Ordenamento da Entrada da E.B.2.3;
İ	Empreitada de Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço En-
ŀ	volvente do Bairro 23 de Junho, no Couço;
İ	Empreitada de Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço En-
١	volvente do Bairro da Liberdade, no Couço;
	Empreitada de Implementação de Medidas de Eficiência Energética do Museu Munici-
Įı	pal;



Empreitada de Implementação de Medidas de Eficiência Energetica das Piscinas Mu-
nicipais;
Empreitada de Requalificação Paisagística da Calçadinha/Mobilidade para todos na
Calçadinha, Empreitada de Arranjos de Edifício Municipal - Reabilitação da Cobertura da Ofi-
cina na Zona Industrial do Monte da Barca;
Empreitada de Requalificação do Centro Social do Rebocho;
Empreitada de Reabilitação do Edifício Municipal na Avenida D. Afonso Henriques e
Reabilitação da Escola das Courelinhas;
Empreitada de Pavimentação da Rua do Pinheirão e Travessa do Lagar, na Branca;
Empreitada de Pavimentação da Rua do Bairro Hilário, nos Carapuções;
Empreitada de Pavimentação da Rua da Fruta, na Branca
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não havendo por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimen-
to, a Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Onze
A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a despesa relativa à coordena-
ção de segurança em obra referente ao ano de 2022, no âmbito do Protocolo entre o Muni-
cípio e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no valor de 11.225,00 €, a ser pago
em prestações trimestrais de 2.806,25 €, durante o ano de 2023, conforme listagem do
apuramento dos valores em anexo à presente ata
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO DOZE - PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINA-
ÇÃO DE CORUCHE:- Foi presente o ofício n.º 1485, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara
Municipal de Coruche, anexando o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de
Coruche, que foi aprovado por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de
2023, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Doze por parte do
Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: É com grande orgulho que a Câmara Municipal de-
senvolveu todo este trabalho que, em primeira instância, tem a ver com a identificação e a
caracterização a que foi chamado de Diagnóstico e em consequência o Plano de Ação. Estes
dois documentos fazem parte do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de
Coruche, o qual se pretende levar a efeito com a aplicação das medidas que estão preconi-
zadas e com aqueles que serão também os envolvidos nestas matérias, não só em termos



aliás, no "Período de Antes da Ordem do Dia" já tivemos por parte da bancada da CDU a
oportunidade de ouvir uma declaração sobre este tema, acima de qualquer assunção e ideo-
logia, de ficarmos solidários nesta matéria
O Município de Coruche tem um plano estratégico de uma ação como ao nosso redor
não é possível verificar
A Deputada Municipal Sofia Marques referiu: Fiquei um pouco expectante o que seria
a apresentação deste Plano Municipal da voz do Senhor Presidente e também os comentá-
rios da Deputada Célia Barroso
Efetivamente o receio de não votarmos a favor foi presente desde o início desta As-
sembleia, não por mérito próprio, mas pela importância do tema
Da análise que fiz a estes documentos parece um bocadinho a remeter para a ideia
de estarmos a formar atitudes, a formar pessoas
Cito para os presentes uma frase introdutória no Diagnóstico e no Plano de Ação, pa-
ra ficar do conhecimento geral: "Não mudaremos a vida se não mudamos de vida. Há que
perder a paciência", uma citação de José Saramago
Acho que esta mudança, mudarmos de vida, não começa agora
Eu trabalho com crianças e isto é uma formação que começa desde o pré-escolar até
ao ensino básico
Também trabalho a nível da formação da parte desportiva e acho que já está a ser
ensinado a nível escolar essa mudança para a igualdade e não discriminação e eu faço-a
todos os dias com os jovens
O receio é que este Plano Municipal não passe de mais um pacote de boas intenções.
De intenções a nossa Câmara tem muitos planos, até posso citar, para os açudes,
para a E.N.2 e para mais uma série de coisas
Estamos a falar de um caderno que tem uma sigla, PMIND, e o receio é que o mes-
mo não passe, mais uma vez, do papel
É um relatório estatístico, vale o que vale, com 48 gráficos e que tem umas ações
que vamos avaliarque vamos avaliar
Passo a citar uma frase de José Saramago: "É preciso variar, se não tivermos cuida-
do a vida torna-se rapidamente previsível, monótona, uma seca"
Não somos contra, mas é mais um plano, é mais um papel
A formação para a igualdade e não discriminação ensina-se aos jovens
Cito ainda outra frase de José Saramago: "Tentei não fazer nada da vida que enver-
gonhasse a criança que fui.". É um bocadinho isto, é desde criança que se ensina essa es-
tratégia da igualdade e o respeito mútuo para que não haja discriminação

O Deputado Municipal Nuno Azevedo referiu: Esta análise terá sido feita nalguma
empresa de vão de escada, por alguém que percebe e domina a matéria ou por alguém que
caiu ali de paraquedas? Realmente não sei
A Presidente da Assembleia referiu: Os documentos foram feitos por uma equipa
técnica. Acho que isso está esclarecido para todos
A Deputada Municipal Ana Azinhaga referiu: Estes documentos de igualdade de gé-
nero são muito importantes cada vez mais, dado que temos uns níveis de violência domés-
tica cada vez maiores
Estes planos são importantes serem colocados no papel
Estes planos são feitos por equipas técnicas e efetivamente têm que ser postos em
prática cada vez mais
A Presidente da Assembleia referiu: Infelizmente, precisamos ainda de fazer a avali-
ação destes planos e isso é que é de lamentar
De seguida, colocou à votação o Ponto DozeDe seguida, colocou à votação o Ponto Doze
A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo
25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 da Cláusula Sexta do
Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação entre a Comissão para a
Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Coruche, aprovar o Plano Municipal pa-
ra a Igualdade e Não Discriminação de Coruche
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO TREZE - ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO - DE-
CLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PAGAMENTOS EM ATRASO E RE-
CEBIMENTOS EM ATRASO REGISTADOS NA BASE DE DADOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2022:- Foi presente o ofício n.º 981, de 2 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal
de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, conforme sua deliberação de
1 de fevereiro de 2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia referiu: Este ponto é apenas para conhecimento da As-
sembleia Municipal
Solicito ao Senhor Presidente uma introdução ao mesmo
O Presidente da Câmara referiu: Não seria obrigatório a apresentação destes docu-
mentos, uma vez que o Município cumpre todas as regras
É presente à Assembleia Municipal para conhecimento o que diz respeito a um con-
junto de requisitos legais que têm a ver com as Declarações de Compromissos Plurianuais,
Pagamentos em Atraso e Recebimentos em Atraso
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma-



ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não houve por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento
A Assembleia tomou conhecimento dos seguintes documentos:
Declaração de compromissos plurianuais em 31 de dezembro de 2022;
Declaração de pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2022;
Declaração de recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2022
PONTO CATORZE - VIII CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DIRETOR MUNICI
PAL DE CORUCHE:- Foi presente o ofício n.º 1486, de 14 de fevereiro de 2023, da Câmara
Municipal de Coruche, anexando a VIII Correção Material do Plano Diretor Municipal de Co
ruche, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 13 de fevereiro de
2023, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia referiu: Este ponto é apenas para conhecimento da As
sembleia Municipal
Solicito ao Senhor Presidente uma introdução ao mesmo
O Presidente da Câmara referiu: Posso dizer que, por vezes, estas situações aconte
cem e que só damos por elas quando confrontados pelos munícipes, dado que a cartografia
pode não ser suficientemente, adequada, correta, sobre o que se passa no terreno e este e
um caso desses
Estamos a falar de uma zona que está classificada nas plantas do nosso Plano Direto
Municipal como "outras áreas de aptidão florestal" e na verdade verifica-se em áreas de
"outras áreas agrícolas"
Trata-se da correção simples à planta cartográfica do Plano Diretor Municipal, po
forma a que fique qualificado de acordo com aquilo que verdadeiramente acontece no terre
no e não com uma classificação que deriva também daquilo que é o rastreamento informáti
co das próprias plantas, que nem sempre corresponde à realidade física do que se passa no
terreno
Estamos a falar de uma situação na Herdade do Corunheiro e Alvora, na freguesia da
União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra
A Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câma
ra
De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais
Não houve por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento
A Assembleia tomou conhecimento da VIII Correção Material do Plano Municipal de
Coruche

PONTO QUINZE - BOMBEIROS DE CORUCHE SITUAÇÃO ATUAL E O FUTURO:-
A Presidente da Assembleia referiu: O agendamento deste ponto foi pedido pelo Gru-
po Municipal do PSD, pelo que passo a palavra ao líder do PSD, Deputado Municipal Francis-
co Gaspar, para a sua apresentação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: O agendamento deste ponto teve
por base naturalmente as reuniões que tivemos com os Bombeiros, com os Sindicatos e
também com um requerimento que foi apresentado, precisamente há um mês, a pedir es-
clarecimentos sobre o assunto e que, até este momento, ainda não obtivemos resposta por
parte do executivo, apesar dos prazos legais já estarem ultrapassados
Sendo um assunto de imensa importância para o concelho, levou-nos a que tivésse-
mos que agendar naturalmente esta discussão, porque consideramos que ultrapassar os
prazos legais para dar resposta a um requerimento muito urgente é um desrespeito para
com os autarcas, para com as populações, para com os nossos Bombeiros e foi exatamente
isso que o executivo municipal fez ao não ter respondido dentro dos prazos previstos na lei.
Gostava de saudar os nossos Bombeiros que, hoje, estão presentes nesta Assembleia
Municipal
A discussão que vamos ter é uma caracterização daquilo que se passa em relação
aos Bombeiros, mas também daquilo que será o futuro da nossa Corporação
Gostaria de colocar algumas questões ao Senhor Presidente, naturalmente aquelas
que foram as questões do requerimento, não respondido, e que nos pareceriam essenciais
para percebermos muitas das situações que vamos ouvindo no dia a dia, nomeadamente:
Porque é que o socorro é feito no concelho por Corporações de outros concelhos?
Porque é que o socorro demora mais tempo do que aquele que estávamos habitua-
dos?
Coloquei uma série de questões por requerimento ao Senhor Presidente, que passo a
ler e pedia que nos respondesse:
condições para os novos recrutas, nomeadamente ao nível dos horários de trabalho, sendo
que até lá, será assegurada a criação de uma escala de prevenção e reforço, num horário
de 12 horas, no quartel?
2 - Pretende proceder às promoções, tendo em conta que faltam graduados em to-
das as categorias e as mesmas não ocorrem há anos?
3 - Pretende num período de transição, até ao reforço de meios humanos, solicitar ao
INEM a colocação de ambulância, com tripulação, no nosso concelho, como acontece em
outros com problemas idênticos?



4 - Tendo em conta a extensão do concelho, tem disponibilidade para a criação de
postos avançados ou destacamentos, nas localidades mais distantes do concelho, como o
Couço ou até a Branca? Sendo que o Couço tem instalações preparadas para receber um
destes postos, pois o encerramento do quartel no Couço, foi decisão unilateral desta maioria
que governa o concelho, contra a vontade da população e da Junta de Freguesia
5 - Pretende impedir a aplicação do previsto no ACEP aos nossos Bombeiros, ao nível
da gestão dos recursos, como a aplicação dos horários de 12 horas?"
Estas eram as cinco questões que enviámos por requerimento ao Senhor Presidente
e que não nos respondeu dentro dos prazos previstos na lei
Gostava ainda de partilhar outras preocupações e colocar cinco questões diretas ao
Senhor Presidente que têm a ver com a forma como estão a ser geridos, neste momento, os
nossos Bombeiros:
Qual é a posição do Senhor Presidente relativamente:
Ao pagamento de trabalho extraordinário?
Ao pagamento nos dias feriados?
Aos horários desajustados à nova realidade da prestação de socorro, como já referi,
as 12 horas?
À realização das escalas de reforço?
O subsídio de turno passar para 25%, como acontece em grande parte dos Municí-
pios, e nós pagamos a 22%?
Também temos dúvidas da intransigência do Município relativamente a algumas des-
tas matérias, que nos parecem, tendo em conta a realidade de outros Municípios, que não
seriam difíceis de enquadrar
Acreditamos também que podem ser um entrave a esta falta de recursos e ao recru-
tamento estes incentivos aos nossos Bombeiros. Senhor Presidente, o que vai fazer o Muni-
cípio face à falta de recursos? Vai deixar que esta situação se mantenha, até chegarmos ao
ponto de emprestar, como li recentemente, todas as ambulâncias e viaturas às Corporações
vizinhas, ou vamos reforçar a nossa Corporação para que use os equipamentos comprados
com dinheiro dos nossos impostos?
Este é o tempo de agir pela nossa terra, pelas nossas pessoas, pelo socorro e pelos
nossos Bombeiros
Outros Municípios estão a tomar medidas, pois não podem ficar eternamente à espe-
ra da anunciada clarificação por parte do Governo, com o tal despacho regulador já prome-
tido ou já anunciadotido ou já anunciado
Senhor Presidente, de uma forma muito clara, foi esta a razão que nos levou a agen-

dar esta discussão, daí que gostávamos de o ouvir, porque tem um papel essencial em tudo
isto e a sua vontade política pode ser a desbloqueadora de todas estas questões que eu
aqui coloquei
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Senhor Deputado Francisco Gaspar, a resposta não
lhe foi dada em tempo, porque nós temos que auscultar aqueles que sobre estas matérias
têm competência
Foi enviado um ofício para o Chefe de Gabinete da Senhora Ministra da Presidência,
para o Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna e Orde-
namento do Território, para o Senhor Ministro da Administração Interna, e para um conjun-
to de entidades que superentendem em matéria da Proteção Civil no que às respostas e às
questões legais dizem respeito
Até ao momento, não houve respostas sobre essa matéria, como também não houve
respostas por parte do INEM no que diz respeito à possibilidade de disponibilizar para o con-
celho um meio de socorro, aliás, essa situação inclusive foi avaliada com os Sindicatos e da
importância que podia ter para o concelho, no sentido de ajudar à emergência e ao socorro.
Quando tiver uma resposta mais fundamentada e clarificada far-lhe-ei chegar
Fez muito bem em agendar este ponto, para que possamos, de uma vez por todas,
esclarecer estas matérias
Começamos pela história dos Bombeiros
Como é que nasceram as Corporações de Bombeiros em Portugal? Nasceram do as-
sociativismo, nasceram de Associações Humanitárias
SOCIATIVISMO, MASCERAM DE ASSOCIAÇões Mumamanas.
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros Muni-
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros Muni-
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros Muni-cipais.
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um conjunto de circunstâncias, desde logo, circunstâncias daquilo que é a legalidade dos seus atos. A admissão à carreira de Bombeiro, é uma vergonha
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um conjunto de circunstâncias, desde logo, circunstâncias daquilo que é a legalidade dos seus atos. A admissão à carreira de Bombeiro, é uma vergonha.
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um conjunto de circunstâncias, desde logo, circunstâncias daquilo que é a legalidade dos seus atos. A admissão à carreira de Bombeiro, é uma vergonha
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um conjunto de circunstâncias, desde logo, circunstâncias daquilo que é a legalidade dos seus atos. A admissão à carreira de Bombeiro, é uma vergonha
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um conjunto de circunstâncias, desde logo, circunstâncias daquilo que é a legalidade dos seus atos. A admissão à carreira de Bombeiro, é uma vergonha
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros Municipais
Existem no país 423 Associações Humanitárias e 24 Corporações de Bombeiros MunicipaisOs autarcas que têm Corpos de Bombeiros Municipais estão preocupados com um conjunto de circunstâncias, desde logo, circunstâncias daquilo que é a legalidade dos seus atos. A admissão à carreira de Bombeiro, é uma vergonhaAs forças de segurança podem aceder à carreira profissional aos 27 anos e os Bombeiros Profissionais aos 25 anos



não há gente para trabalhar na fábrica, não há gente para trabalhar no campo, onde não há
gente em lado nenhum. Se a idade for aos 25 anos, claramente que essa dificuldade ainda
se agrava
No dia 16 de fevereiro de 2023, reunimos com a Associação Nacional de Municípios
Portugueses a fim de elencar este conjunto de problemas associados às entidades detento-
ras de Corpos de Bombeiros, que é o que as Câmaras são, e ainda para elegermos a Mesa
da Secção de Municípios, no sentido de termos força junto do Governo, enquanto poder ins-
titucional, agendar reuniões, para debater estas questões de promulgação e alteração de
algumas leis que efetivamente não funcionam
Senhor Deputado, como tem responsabilidades distritais, segundo julgo saber, po-
dia-se ter informado com o colega Presidente da Câmara Municipal do Sardoal, que faz par-
te da Mesa, ou com o colega Presidente da Câmara Municipal de Santarém, que faz parte da
Mesa e também tem Bombeiros, ou com outros colegas Presidentes de Câmara do distrito
de Santarém que têm Bombeiros e os mesmos problemas, ainda que com dimensões dife-
rentes daquilo que é o problema da Câmara Municipal de Coruche
Foram eleitos para a Mesa da Secção de Municípios com Corpos de Bombeiros da
Administração Local:
Presidente - Município de Vila Nova de Gaia (José Guilherme Aguiar, Vereador);
Vice-Presidentes - Município do Sardoal (Miguel Borges, Presidente da Câmara Muni-
cipal) e o Município de Tomar (Anabela Freitas, Presidente da Câmara Municipal);
Vogais - Município de Braga (Altino Bessa, Vereador) e Município de Loulé (Carlos
Carmo, Vereador);
Este órgão institucional com assento na Associação Municipal de Municípios Portu-
gueses ficou com a incumbência, no imediato, de tomar resoluções, por forma a nós acaute-
larmos aquilo que entendemos que é mais penalizador e naquilo que tem a ver com a dis-
ponibilidade dos Corpos de Bombeiros e o pagamento de horas extraordinárias, sim, uns
pagam e outros não pagam
Obviamente que isto não tem a ver com a bondade do Presidente ou do Vereador
responsável, tem a ver com a legalidade, tem a ver com a lei. Portanto, a legalidade e a lei
nesta casa cumprem-se
Vejamos aquilo que são os pareceres do Tribunal Constitucional ou aquilo que são os
pareceres da Direção-Geral das Autarquias Locais, das cinco Comissões de Coordenação e
Desenvolvimento Regional e da Inspeção-Geral de Finanças quando estas questões foram
colocadas. Nós andamos a perguntar isto há anos
Temos um parecer, de 28 de março de 2019, é recente, que diz numa primeira nota:

os bombeiros municipais, nos termos do disposto no artigo 29.º, n.º 3 e artigo 38.º do De-
creto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, não têm direito a auferir qualquer suplemento re-
muneratório pelo trabalho suplementar prestado no horário de trabalho definido"
Não têm direito a receber remuneração por trabalho extraordinário, se for prestado
na emergência do socorro, mas se for prestado no âmbito da formação, assegurar vigilância
a casas e espetáculos ou outras atividades que tenham a ver com a prevenção e não com a
atividade que está intrínseca àquilo que é o Corpo de Bombeiros, claramente que têm direi-
to a receber horas extraordinárias. Os nossos Bombeiros sempre que o fazem recebem ho-
ras extraordinárias
Porque é que isto é assim? Quando os Bombeiros não eram Sapadores, eram Munici-
pais, todos tiveram um aumento nas suas remunerações com o Suplemento Específico Úni-
co de Risco e Disponibilidade Permanente, isto é, ficou indexado à remuneração dos Bom-
beiros o Suplemento de Risco e outros suplementos, e ainda hoje é assim, é este o enten-
dimento
Eu não estou a dizer que é correto. Eu não concordo com isso, mas o facto de con-
cordar não me dá legitimidade para alterar. Ficamos já cientes desta circunstância
Estes complementos que eram pagos à parte estão agora integrados naquilo que é a
disponibilidade permanente
Para além dos pareceres da Direção-Geral das Autarquias Locais e das Comissões de
Coordenação e Desenvolvimento Regional, há também acórdãos do Supremo Tribunal sobre
estas matérias e que dizem efetivamente qual é a interpretação da lei. Se há um Supremo
Tribunal que interpreta a lei desta maneira e identifica que a disponibilidade permanente
tem a obrigatoriedade de o Corpo de Bombeiros responder a todas as situações e que não
pode auferir mais remuneração do que aquela que já recebe no seu vencimento
Não nos podemos esquecer que os Bombeiros Municipais estão equiparados a Sapa-
dores
Face a este conjunto de pareceres, estamos impossibilitados de remunerar horas ex-
traordinárias que tenham a ver com serviço efetivo. Todas as horas extraordinárias que se-
jam feitas noutro âmbito, que não o âmbito da prestação do socorro, claramente que po-
dem ser pagas, assim os Bombeiros as queiram fazer
Quanto à minha opinião sobre estas matérias, é dita aos Bombeiros, é dita aos Sindi-
catos, é dita aqui, é dita onde for preciso, não concordo
Se um trabalhador que é Assistente Operacional ou Assistente Técnico tem um limite
de horas extraordinárias, que são 120 horas e pode ir até às 200 horas, porque é que os
Bombeiros não têm? Se não têm, digam efetivamente que não têm, ou digam claramente



que tem um limite para as poder fazer
Há Bombeiros na componente da Proteção Civil que é uma panóplia desgarrada, on-
de temos a GNR, provavelmente, a GNR é que vai tomar o lugar daquilo que são os Bom-
beiros Profissionais
 Tem horas para pagar à GNR que não as consegue pagar, tem horas para pagar aos
 Sapadores Florestais que não as consegue pagar, por causa dos impedimentos face ao De-
creto-Lei n.º 106/2002, que ainda não foi alterado, não podemos pagar, está-se à espera
do despacho
Há pouco tempo, fui confrontado sobre o não pagamento das duas primeiras horas
na formação do trabalhador e verifiquei junto dos Recursos Humanos que na Administração
Pública as primeiras duas horas, sendo elas consequentes no ato do trabalho, não são re-
muneradas, só são remuneradas as duas horas a seguir. Há um entendimento que a forma-
ção é também um benefício para o trabalhador, há o princípio colaborativo da coisa, não
pode haver remuneração nas duas primeiras horas
Relativamente aos dias feriados, a questão também foi colocada na Associação e
existe dúbio entendimento sobre estas matérias no que diz respeito à disponibilidade per-
manente da incidência sobre a remuneração desses mesmos dias. Enquanto não houver es-
sa clarificação nós não o podemos fazer
Quanto aos horários de 12 horas, não são horários de 12 horas. Temos o Acordo Co-
letivo do Empregador Público assinado com o Sindicato dos Bombeiros Profissionais. Reuni-
mos com o Sindicato dos Bombeiros Profissionais, o Sindicato dos Bombeiros Sapadores e o
Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, onde estas questões são aclaradas e
essa possibilidade está perfeitamente clara, o horário pode ser efetuado onde existirem re-
cursos suficientes para o fazer
Quando confrontados os quadros de planos dos nossos Bombeiros e me dizem, Pre-
sidente, alterando o horário que nós temos atualmente não há condições de prestar o so-
corro, ainda que seja nos mínimos
Enquanto responsável máximo da Proteção Civil, vou assumir só para cair nas boas
graças dos meus Bombeiros? Não posso assumir. Ser governante e ser comandante desta
casa, significa respeitar aquilo que são os entendimentos técnicos sobre cada uma das
áreas e eu sempre o fiz e continuarei a fazê-lo, obviamente respeitando todos
Dizem-me que não há condições, tendo em conta a escassez de recursos humanos
no Corpo de Bombeiros, para fazer o horário 12/24, 12/48, 12/24, 12/32. Está no Acordo
Coletivo do Empregador Público exatamente por estas palavras. Quando existirem condições
para fazer esse horário, faremos, agora com este quadro que temos não nos é possível

Abrimos concursos, por exemplo:
Em 2019, Concurso para Bombeiros Sapadores, foram promovidos a Subchefe de 2.ª
classe: Tínhamos 7 lugares vagos, houve 14 candidaturas, foram admitidos 13 e foram ocu-
pados 7 lugares;
Em 2020, Concurso para Bombeiro Sapador: Tínhamos 6 lugares vagos, houve 10
candidaturas, foram admitidos 4 e só 1 é que ficou. Reparem, 4 jovens reuniam condições
para serem admitidos, mas só 1 foi admitido para Sapador Bombeiro;
Em 2020, houve a possibilidade dos Assistentes Operacionais, que eram Bombeiros,
poderem transitar para a carreira de Sapador. A Câmara Municipal regularizou essa situação
com a abertura de concurso, eram 9 lugares vagos, houve 11 candidatos, foram admitidos 9
e foram ocupados 8 lugares, uma pessoa não quis ocupar o lugar. Significa que 8 Bombei-
ros que eram Assistentes Operacionais foram requalificados para Sapadores Bombeiros,
permitindo aquilo que foi a abertura da lei para esse efeito
Em 2022, abrimos o Concurso para admissão de 6 Sapadores Bombeiros, houve 3
candidatos, apenas 1 reunia condições e foi admitido. Este concurso está a decorrer e quan-
do terminar vamos abrir outro concurso
Quanto à sua pergunta sobre melhores condições para os nossos Bombeiros: Conhe-
ce as instalações do nosso quartel? Conhece o nosso equipamento? Conhece a capacidade
dos nossos Bombeiros? É o melhor quartel do distrito de Santarém, arrisco-me a dizer, te-
mos as melhores condições de acomodação e os melhores Bombeiros, oxalá queiram fazer o
desempenho dessa função com as regras que existem
Concursos que estão a decorrer:
Trabalhadores em funções, neste momento, temos 5 Assistentes Operacionais na
Central de Comunicações, para retirarmos os Bombeiros que estavam nessas funções, de
forma a termos mais recursos e mais disponibilidade para fazer os serviços
Concurso para 1.º Comandante: Foram feitas as provas de admissão, isto é, avalia-
ção curricular, ficaram selecionadas 3 pessoas;
Concurso para 1 Técnico Superior da Proteção Civil: Vai tomar posse, no dia 1 de
março, o Coordenador Municipal de Proteção Civil. Não tem a ver com os Bombeiros, tem a
ver com a Proteção Civil;
A composição do nosso Corpo de Bombeiros é a seguinte: 1 Segundo Comandante, 5
Assistentes Operacionais (fazem o mesmo serviço dos Bombeiros), 7 Sapadores Bombeiros,
5 Subchefes de 2.ª e 2 Subchefes de 1.ª. É suficiente? Não, claro que não é suficiente. É
claro que o Presidente da Câmara está preocupado com esta situação
Perante os despachos de várias entidades e os Acórdãos do Tribunal Constitucional



não tenho condições para o fazer, não tenho eu, não tem o colega do Cartaxo, não têm outros colegas.
Dirão que há outros que assumem. Sim. Mas também há muitos que assumem mui-
tas coisas e depois alguns até são capa de jornal por assumirem essas coisas
Nós tentamos manter e cumprir aquilo que é a legalidade. Esses são sempre os meus
compromissos e que assumi com estes homens. Reuni com os Delegados Sindicais, várias
vezes, para encontrarmos soluções de horários, soluções de reforço, soluções de melhorias,
mas nem sempre é possível
Os nossos Bombeiros, como o Senhor Deputado diz, com a boca cheia, com toda a
enfase, de facto, são os nossos Bombeiros, mas são também trabalhadores desta Câmara
Municipal, são acima de tudo prestadores de socorro das pessoas do nosso concelho
O pior que pode acontecer numa organização é nós queimarmos a imagem que estes
homens e estas mulheres têm por estas quezílias e algumas contaminações e não é isso
que eu quero, daí a minha disponibilidade para falar sempre, seja com organizações sindi-
cais, seja com os Bombeiros. Mas não me peçam aquilo que eu não posso dar, não me pe-
çam aquilo que eu não posso fazer no âmbito das minhas competências, porque eu não o
darei se não tiver no âmbito das minhas competências
Quanto às 5 perguntas que me fez:Quanto às 5 perguntas que me fez:
Horários de 12 horas, faremos quando tivermos condições;
Subsídio de turno, quando o Governo fizer a publicação do Decreto-Lei que autorize,
pagaremos
Trabalho extraordinário, sim, já recebem
O Senhor Deputado fez um requerimento, no qual questiona:
1.a - Pretende proceder à abertura de recrutamento, associado à criação de boas
condições para os novos recrutas?
Claro que sim
Mas que boas condições são essas Senhor Deputado?
O Deputado Francisco Gaspar referiu: Está aí escrito. Leia a pergunta até ao fim
O Presidente da Câmara referiu: Sabe quanto é que custa a formação de um Bom-
beiro Profissional à Câmara Municipal de Coruche? Custa 5.000 € nos Sapadores de Lisboa,
ou seja, 5.000 € é quanto custa a formação dos nossos Bombeiros
A Escola Nacional de Bombeiros não dá formação, temos que ir fazer formação aos
Sapadores de Lisboa
Cada Bombeiro faz formação de acordo com aquilo que são as exigências adquiridas.
Os horários de trabalho são o que são. Se alguém quer concorrer aos nossos Bom-

be	eiros, os horários são estes e a profissão de Bombeiro é esta, não é outra. É como ser polí-
cia	a, é como ser outra coisa qualquer, é o que é. Quem vier para os Bombeiros não vai fazer
οι	ıtra coisa, vai fazer socorro às nossas populações, vai fazer emergência
	Questiona se será assegurada a criação de uma escala de prevenção e reforço, num
hc	orário de 12 horas, no quartel
	Neste horário que temos há uma escala de reforço, isto é, nos turnos constituídos
da	as 8.00 h às 16.00 h, das 16.00 h às 24.00 h e das 24.00 h às 8.00 h
	Sempre que nós temos condições cumprindo aquilo que é o horário de trabalho, fa-
ze	mos escala de reforço, há dias que conseguimos ter 4 Bombeiros de serviço mais 2, mas
há	outros dias que não conseguimos. É preciso que a gestão do tempo seja feita depois nas
ur	nidades hospitalares. Com este número de Bombeiros se tivéssemos a 10 minutos do Hos-
pit	tal de Santarém conseguíamos dar resposta, mas a 60km de distância, é impossível dar
re	sposta com 6, 10 ou 20 Bombeiros. Se o meio estiver empenhado num acidente que en-
vc	olve 5 homens num carro de desencarceramento e mais 2 homens por unidade de socorro,
se	houver uma emergência noutro lugar qualquer já não conseguimos responder
	Porque é que vêm os Bombeiros de Mora, Canha ou Salvaterra de Magos? Porque
nć	os também vamos onde somos chamados, quando somos acionados. Hoje, as pessoas não
vã	io aos Bombeiros pedir socorro, as pessoas ligam o 112 e o socorro é acionado pelo CODU
	n função da disponibilidade e da proximidade. Alguns Bombeiros até são acionados e es-
tã	o no Hospital de Santarém
	As carências que existem em Coruche, também existem noutros Corpos de Bombei-
ro	s. Não são só os outros que nos dão apoio, nós também damos apoio aos outros
	Queria desmistificar essa ideia sobre as ambulâncias de Coruche para Salvaterra de
Ма	agos. Foi uma questão que o Vereador Valter Peseiro me colocou face aquilo que era a ne-
се	ssidade. Foi um comentário na reunião de Câmara que foi transformado em notícia bom-
bá	stica
	Os nossos meios, são os nossos meios, foram adquiridos com o Orçamento da Câma-
ra	Municipal de Coruche. Felizmente, temos boas condições
	Só numa circunstância extrema é que nós disponibilizaremos meios, nomeadamente,
pa	ara uma Associação Humanitária
	Veja-se a diferença: Uma Associação Humanitária é paga pela Autoridade Nacional
de	e Emergência e Proteção Civil e as Câmaras Municipais que têm Corpos de Bombeiros as-
se	guram financeiramente os seus encargos
	Os meus colegas que têm Associações Humanitárias são elogiados por dar um subsí-
di	o de 200.000 \in ou 300.000 \in aos Bombeiros para comprar uma ambulância, mas as enti-

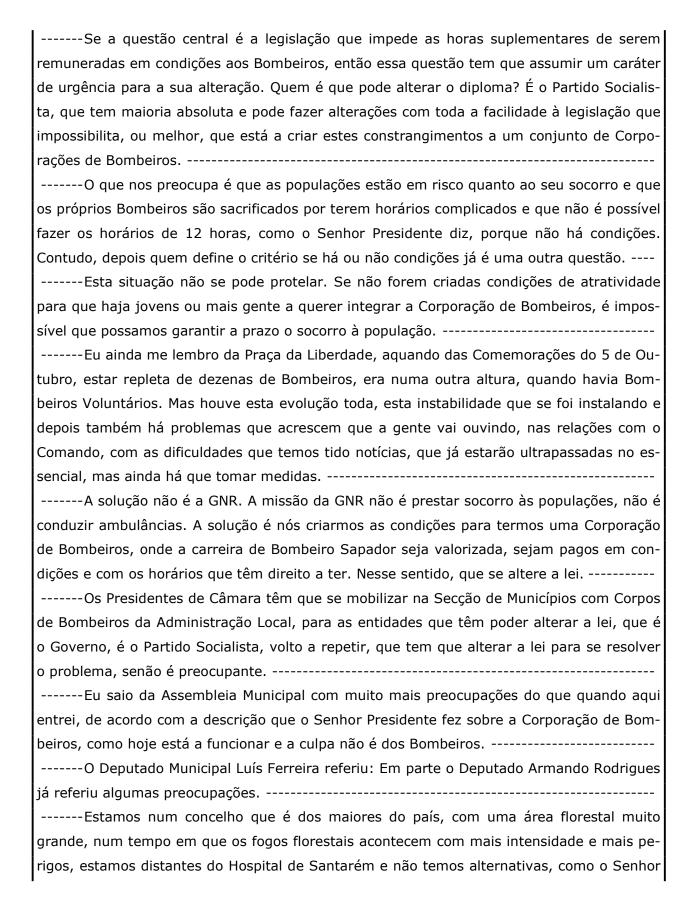


	dades que têm Bombeiros Municipais, suportam todo o encargo com os seus Bombeiros Mu-
I	nicipais, desde o fardamento, à remuneração, aos equipamentos e tudo mais. Há uma
İ	grande diferença por parte do Governo no que diz respeito ao financiamento e há uma desi-
	gualdade que os Presidentes de Câmara têm de debater sobre esta matéria
İ	2.a - Pretende proceder às promoções, tendo em conta que faltam graduados?
i	Quando houver condição para proceder às promoções, claro que sim, desde que es-
	teja legislado. Não vejo nenhuma oposição em fazer promoções
İ	3.ª - Pretende num período de transição, até ao reforço de meios humanos, solicitar
i	ao INEM a colação de ambulância?
I	Já fizemos isso e é uma mais valia para o processo, aliás, é à semelhança do que fa-
l	zemos nas Festas de Coruche, pedimos o apoio à Cruz Vermelha quando percebemos que
	temos poucos recursos para fazer essa prevenção. Neste caso, pode haver pagamento de
I	horas extraordinárias por prevenção a iniciativa cultural ou espetáculos. Não há qualquer
l	problema sobre essa matéria
	4.ª - Tendo em conta a extensão do concelho, tem disponibilidade para a criação de
l	postos avançados ou destacamentos, nas localidades mais distantes do concelho, como c
	Couço ou a Branca? Sendo que o Couço tem instalações preparadas para receber um destes
İ	postos
İ	Não sei se estão preparadas
I	O encerramento do quartel do Couço foi decisão unilateral desta maioria que governa
İ	o concelho
İ	É preciso perceber uma coisa. Se não temos Bombeiros na sede de concelho para
ı	servir a população, vamos criar uma Secção, no Couço? Sabe quantos homens são necessá-
İ	rios numa Secção para prestar socorro? O que eu queria fazer era colocar uma ambulância
İ	do INEM, no Couço. Isso é que fazia sentido. Já tentámos fazer esse protocolo com uma en-
	tidade externa para que colocasse, no Couço, uma ambulância do INEM
İ	Quando havia Bombeiros Voluntários, tínhamos a Secção, no Couço. Todos os Bom-
	beiros que estão aqui presentes, antes de serem profissionais foram voluntários, não obs-
İ	tante, o nosso Corpo de Bombeiros ser misto, que admite Bombeiros Profissionais e Bom-
İ	beiros Voluntários. Infelizmente, por causa de todas estas questões de alguma legitimidade
	e a subsidiação de Associações Humanitárias nós deixámos de poder remunerar o voluntari-
İ	ado. Hoje em dia, não há voluntariado. Os Bombeiros são todos profissionais, todos são re-
	munerados, todos são contratados. Pontualmente, haverá algum voluntariado, mas não é
	com voluntariado que se consegue manter efetividade
	Não há condições para se criar uma Secção, no Couço, na Branca, na Lamarosa, na

Fajarda. Se os meios são escassos, nos temos que os centralizar, e centralizados e confor-
me eles estão
Quem me dera, como Presidente, enquanto responsável pela Proteção Civil, que ti-
vesse homens e mulheres suficientes para fazer prevenção em todo o concelho
Nós estamos discriminados face à distância do Hospital de Santarém, onde se pode
fazer o rastreio daquilo que é a patologia associada aos doentes, porque os nossos Bombei-
ros têm que percorrer cerca de 60 km e ainda estão 2 horas ou mais à espera que lhe de-
volvam a maca
Provavelmente, os Bombeiros de Santarém, em 10 minutos conseguem fazer 3 ou 4
serviços, quando nós fazemos 2
Temos um sistema de GPS que sabemos o tempo que demora os serviços, não é
controlo, faz parte do processo
Senhor Deputado, não há condições para criar nenhuma Secção. Não vale a pena
estar com alaridosestar com alaridos.
5.a - Pretende impedir a aplicação do previsto no ACEP?
Não quero impedir, quero aplicar o ACEP logo que tenha condições para o fazer
Estas são as questões que me colocou e que eu respondi, reiterando que, enquanto
não tivermos condições, quer de alterar o horário para as 12/48 e 12/32, quer para remu-
nerar as horas extraordinárias, não o faremos
Se enquanto responsável pelo serviço ou Comandante de Bombeiros requisito os
Bombeiros para irem fazer um serviço, estou a contratá-los, se eles não cumprem essa or-
dem, são penalizados, como alguns já foram com a instrução de processo disciplinar, por
incumprimento. Se os estou a requisitar tenho que os remunerar. Trabalho igual, salário
igual. Mas esse não é o princípio do entendimento da lei e do jurista. É aqui que reside as
grandes dúvidas sobre estas matérias
Até já dou de barato aquela questão da continuidade do trabalho que a hora ou c
tempo que se faça não seja remunerado, agora na requisição, sim senhora. Nesse sentido
alguns dos homens e algumas das mulheres que estão ali atrás quando são chamados não
atendem o telemóvel ou estão num sítio qualquer
Quanto à questão das horas e dos dias de folga, posso aqui dizer sem problema ne-
nhum, que quando fazem esses horários as pessoas têm 2 ou 3 dias de descanso, mas es-
ses dias de descanso não é para ir para a cortiça, não é para ir para as pinhas, não é para i
pintar casas. As pessoas que estão na Administração Pública têm exclusividade de funções
seja Bombeiro, seja Assistente Operacional, seja aquilo que for, não pode faz mais nada. Se
uma pessoa quiser fazer outra atividade, tem de pedir autorização à entidade patronal para



o fazer e sendo a mesma conflituante ou penalizadora para a Câmara Municipal, pode não
autorizar
Enquanto Presidente da Câmara, enquanto governante desta Autarquia, não tenho
mecanismo legal para contrariar estes dispositivos de outras entidades que tutelam admi-
nistrativamente e juridicamente as Autarquias. Assim sendo, o que eu posso fazer, em con-
junto com os meus colegas, é batalhar junto do Governo para que estas coisas sejam escla-
recidas, para que saia o tal diploma retificativo, de forma a que possamos atuar com tran-
quilidade, com verdade e com vontade
Aquilo que eu quero é dar notícias a estes homens e a estas mulheres que, de vez
em quando me ligam, de vez em quando me preocupam com estas situações, àqueles que
andam zangados, àqueles que andam com birra, àqueles que se querem ir embora
Não posso deixar ninguém ir embora, porque não tenho homens, compreendendo
que alguns possam ser de Alpiarça, Almeirim, Cartaxo e Salvaterra de Magos
Como é que eu consigo autorizar a mobilidade de um trabalhador que está num pos-
to de trabalho onde há falta de trabalhadores? Ainda com a agravante que, cada vez que na
Administração Pública se permite mobilidade ao trabalhador, para aquele lugar não se pode
abrir vaga, significa que não se pode a seguir contratar outro trabalhador para o mesmo
lugar. Faz sentido, há uma lógica, há uma razoabilidade e algum bom senso nesta medida
Senhor Deputado, ainda bem que trouxe este assunto, ainda bem que estamos a
conversar. Eu estou sempre disponível para esclarecer e conversar com toda a gente
Peçam-me para fazer aquilo que está dentro da minha autonomia, enquanto Presi-
dente de Câmara, mas aquilo que está fora da minha autonomia, não posso, não consigo,
não tenho condições de o fazer, sob pena de hipotecar não só a mim, mas também os téc-
nicos desta casa. Não o poderei fazer e qualquer um no meu lugar assim o faria
A Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Presidente
da Câmara
Solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, por passar já da meia-noite
A Assembleia autorizou a continuação do trabalho
A Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Armado Rodrigues referiu: Pela descrição que o Senhor Presi-
dente aqui fez, não há solução. Então o socorro às populações do concelho de Coruche está
em risco a curto prazo? Encerra-se o quartel dos Bombeiros?
Os Bombeiros têm um quadro de 30 elementos, conforme disse o Senhor Presidente,
o que é manifestamente pouco, provavelmente, para funcionar em condições tem de se ter
o dobro





Presidente diz
Ao ouvir o Senhor Presidente, também nós temos de partilhar estas preocupações.
Realmente esta situação tem que ser revertida, porque sem Bombeiros toda esta comuni-
dade está em perigo, apesar de poder vir Bombeiros de fora fazer os serviços, mas também
podem estar ocupados noutros concelhos
Só 29 Bombeiros, não é fácil. Por outro lado, quando vão para o Hospital de Santa-
rém e se ficam lá várias horas depois não há recursos para socorrer as pessoas em tempo
útil
Nós tivemos uma reunião com o Sindicato, foi público, que nos deu alguns exemplos:
Os Bombeiros vão para casa almoçar, mas podem ser chamados de última hora.
 Há Bombeiros que residem no Couço e caso estejam no Couço quando recebem uma
chamada, têm que vir a Coruche buscar uma ambulância e depois voltar ao Couço para
transportar o doente
' Estas são situações que, possivelmente, o Comando pode resolver. Aquilo que sabe-
mos é que Coruche tem dos melhores equipamentos a nível distrital, tem um quartel novo
 com boas instalações, ambulâncias, carros de incêndio, tudo do melhor que há, mas depois
 não temos pessoal. Se não gerirmos os recursos de forma a que haja mais celeridade no
acesso aos doentes não conseguimos prestar o devido socorro
Neste momento, temos um problema que é a atração de jovens, mas só se consegue
essa atração se houver incentivos, se houver motivação
Na comunicação social ouve-se algumas questiúnculas em relação aos Bombeiros em
Coruche e se calhar isso também é motivo para não haver atração, digo eu, não conheço ao
pormenor
O que nos preocupa é a questão do socorro, porque chegamos às 20.00 horas e não
temos nada, ou só podemos ir para o Hospital de Santarém e quando lá chegamos são mui-
tas horas de espera. A saúde está pelas horas da morte
Deixo as seguintes recomendações à Câmara Municipal:
Tomar as medidas necessárias para a abertura de concurso para o recrutamento de
25 novos Bombeiros que faltam;
Desenvolver em conjunto com os Sindicatos os correspondentes processos de revi-
são das condições laborais dos Bombeiros Profissionais, no sentido de garantir aumentos
salariais, revisão de horários para conciliar com a vida profissional e familiar e a definição
correta de outros aspetos pecuniários;
Apurar em conjunto com as estruturas sindicais correspondentes o valor devido aos
Bombeiros desde 2019, relativo ao pagamento das horas extraordinárias e tomar as medi-

das para que seja pago na totalidade o mais breve possível;
Iniciar o procedimento necessário à contratação de meios humanos e materiais, no
sentido da criação dos tais postos avançados ou pelo menos pela colocação de equipamen-
tos junto das populações para que pudessem ajudar no socorro mais rápido
A Deputada Municipal Ortelinda Graça referiu: Congratulo-me com a inscrição deste
ponto na nossa Ordem de Trabalhos
Quero saudar os nossos Bombeiros, porque perante tudo o que aqui foi dito, penso
que eles são realmente uns heróis do nosso concelho
Quero deixar aqui bem claro e para ficar registado em ata, espero que a minha for-
ma de falar seja bem audível e percetível, que foi das maiores injustiças, e vou repetir aqui-
lo que muitas vezes o Deputado Armando Rodrigues diz, que não é a minha forma de o di-
zer, mas vou copiá-lo neste sentido, que fez esta Câmara Municipal, do Partido Socialista,
quando encerrou a Secção de Bombeiros, no Couço, fragilizando aquela população, que já
tinha perdido uma série de serviços públicos, e que ficou pobre e bem mais pobre, dada a
distância a que se encontra, não só da sede do concelho, como do Hospital de Santarém
Os autarcas de freguesia do Couço e a população da freguesia, sentem-se absoluta-
mente defraudados com esta medida e continuar a lutar pela sua Secção de Bombeiros, no
Couço, tanto mais que os recursos que lá existiam, como uma ambulância, tinha sido com-
prada pela população, mas depois veio para Coruche. As leis podem vir de todas as manei-
ras, mas isto pode ser realmente feito, porque já existiu, daí que continuamos a querer que
haja uma Secção de Bombeiros e o socorro para a população do Couço
Desde 2013 que sou Presidente de Junta, tal como o Senhor Presidente é Presidente
da Câmara, e quando vim às Comemorações do 5 de Outubro em 2014, a maioria do Corpo
de Bombeiros que estava na Praça da Liberdade era do Couço, podem consultar os registos,
porque era mesmo assim. Na altura, mais injustiçada me senti, ainda que, muito orgulhosa
daquele Corpo de Bombeiros por ser a sua maioria da freguesia do Couço
Continuaremos a fazer esta reivindicação
Reafirmo tudo aquilo que foi referido pelos Deputados Armando Rodrigues e o Luís
Ferreira, tal e qual como as questões que foram colocadas pela bancada do PSD. Temos to-
dos de nos unir sobre esta matéria e reivindicar ao Governo, ao Poder Central, a mudança
de toda esta situação para que possamos dar dignidade aos nossos Bombeiros
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Era só para registar que a banca-
da do Partido Socialista não abriu a boca sobre esta matéria, à exceção do Senhor Presiden-
te da Câmara, que não integra a bancada do Partido Socialista
Só para dizer que a Deputada da Nação, a Mara Coelho, não abriu a boca
-



A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Não sei como é que vocês vivem sem mim neste país
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Há pouco, deu aqui uma lição so-
bre a igualdade
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara.
O Presidente da Câmara referiu: Nós todos respeitamos muito o trabalho dos nossos
Bombeiros, mas obviamente que só isso não chega. Como se costuma dizer, palmadinhas
nas costas não ajuda nada a ninguém.
Eu sou frontal naquilo que digo e o que aqui disse hoje é tudo aquilo que são as difi-
culdades e os constrangimentos que esta organização tem para lidar com esta situação
Reconheço que, em todas as áreas, há uns mais empenhados que outros, há uns
mais dedicados que outros
Quando se fala em criar condições para os nossos Bombeiros, queria deixar esta no-
ta, é claro que esta questão do SAP encerrar às 20.00 horas também veio agravar a situa-
ção, significa que no período noturno nós temos de dar mais respostas à emergência e es-
sas respostas é ter de ir para o Hospital de Santarém, sem sequer passar pelo SAP, se bem
que o SAP, sem os meios de diagnóstico, é uma mera passagem, porque o médico manda
os doentes logo para o Hospital de Santarém, porque não tem um RX, não tem um aparelho
de medir a glicemia no sangue
Quando se fala em condições para os nossos Bombeiros, acho que a questão remu-
neratória dos Sapadores veio trazer algum alento. Estive a ver o registo salarial dos nossos
Bombeiros em termos daquilo que é o seu vencimento líquido e nenhum recebe abaixo de
1.000 €, significa que o bruto é muito mais que isso, o vencimento base são 900 €
Obviamente que as situações não são comparáveis, o que está em causa não é a
remuneração base, é a complementaridade naquilo que é o trabalho do Estado. Na remune-
ração base conseguiu-se nessa reivindicação e nessa luta esta equiparação. Se os Bombei-
ros fossem municipais, como eram anteriormente, neste momento, o salário do Bombeiro
era exatamente igual a qualquer Assistente Operacional. Acho que foi um ganho. Foi uma
luta dos Bombeiros, dos Sindicatos que representavam os Bombeiros à época, no sentido de
conseguir esta medida salarial
Eu enquanto cá estiver, pelo facto de estar na reta final desta minha governação
neste organismo, não significa menor atenção ou desatenção, o que lhe queiram chamar
nem sequer cansaço. Hoje, estou aqui com a mesma vontade e a mesma força que estava
no dia 18 de outubro de 2013, quando eu e a Presidente Ortelinda tomamos posse
No entanto, estou muito desanimado com a capacidade que nós temos para fazer

algumas coisas e realiza-las com toda a burocracia procedimental administrativa e juridica
que no Poder Local de proximidade não conseguimos desenvolver, cada vez com mais res-
ponsabilidades às costas, cada vez com uma dimensão maior de responsabilidade a todos
os níveis, que atrofia claramente aquilo que é a minha visão do Poder Local
É um desabafo, mas eu não vou desistir de lutar por aquilo que acredito, na circuns-
tância, os Bombeiros Profissionais, temos que encontrar soluções e temos de lutar para que
aconteça. De facto, é uma fragilidade muito grande que nós sentimos
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Senhora Presidente, hoje, nós fica-
mos com um sabor agridoce nesta discussão
Foi importante trazer à discussão o tema por aquilo que o Senhor Presidente parti-
lhou connosco e pelo conhecimento que nós tínhamos da situação. Contudo, ainda nos deixa
mais preocupados e, enquanto eleitos, temos que estar muito mais atentos
Naturalmente que saímos com um sabor agridoce, porque da parte do Senhor Presi-
dente, apesar da enorme intervenção que fez, deixou-nos uma mão cheia de nada
Nós sabemos que temos um quartel e bons equipamentos, mas falta o essencial, va-
lorizar as pessoas para termos uma Corporação de Bombeiros e para isso temos que ouvir e
implementar aquilo que nos dignifica
O Senhor Presidente disse na sua intervenção que havia Municípios a fazer o paga-
mento das horas, mas que o Senhor Presidente não o faz. Se há Municípios que o fazem, eu
não quero acreditar que são fora da lei, a não ser que o Senhor Presidente nos diga que es-
ses colegas são fora da lei
O Senhor Presidente disse que há alguns Municípios que pagam dias feriados e que
outros não pagam. Eu não quero acreditar que os seus colegas Presidentes de Câmara são
fora da lei. Se o fazem é porque querem valorizar os seus profissionais, acredito que é isso
que está na base dessa tomada de decisão
Questionei o Senhor Presidente porque é que nós não pagamos subsídio de turno a
25% como pagam muitos Municípios, mas o Senhor Presidente não respondeu
Deixei aqui alguns exemplos que eu não acredito que os seus colegas sejam fora da
lei, acredito que eles fazem aquilo que a lei lhes permite e devem ter suportes legais para o
poder fazer. De facto, é valorizar as pessoas, é garantir que para lá de um bom quartel e
bons equipamentos que temos, também temos uma Corporação de Bombeiros completa,
daí que esses passos têm que ser dados
Também me deixa de alguma forma preocupado a história que parece que sai da in-
tervenção do Senhor Presidente, que é do orgulhosamente só, deixa-os lá fazer, eu estou
orgulhosamente só na minha posição. Isso deixa-me, além daquilo que nos transmitiu, ver-



dadeiramente preocupado
Os nossos Bombeiros dizem o que é que está a pôr em causa o seu trabalho e nós
não damos nenhuma resposta? O caminho que estamos a seguir é que o trabalho, infeliz-
mente, não vai ser garantidamente para todos nós melhor e o que me parece é que nós não
queremos
De alguma forma, o sumo desta discussão parece que foi bastante importante
Deixava este desalento, porque esperava sair daqui com mais esperança, mais in-
formação, mais compromisso. Infelizmente, o que sai é que estou orgulhosamente só nes-
tas decisões, eles fazem para lá o que querem, porque eu estou irredutível. Lamento, espe-
rava sair desta Assembleia com mais do que isso
Já que temos na sala os nossos Bombeiros, pedia à Senhora Presidente da Mesa, se
achar possível fazê-lo, já que estiveram aqui estas horas todas, se os deixava intervir, uma
vez que estamos a discutir a situação dos Bombeiros, se alguém quiser intervir.
A Presidente da Assembleia referiu: O Senhor Deputado conhece tão bem o Regi-
mento quanto a Presidente da Mesa, portanto, sabe que qualquer pessoa que está no públi-
co só poderá intervir no "Período de Intervenção do Público", sem qualquer restrição
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Só perguntei à Senhora Presidente
se podiam intervir já
A Presidente da Assembleia referiu: Todos conhecemos muito bem o Regimento da
Assembleia Municipal e no "Período de Intervenção do Público" podem intervir todos aqueles
que queiram intervir e nós ouviremos com toda a atenção, tenho a certeza
A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: É a política a que nós estamos habituados do Se-
nhor Deputado Francisco Gaspar
Não estamos com toda a certeza orgulhosamente sós, estamos preocupados com o
plano efetivo de quem governa e de quem tem responsabilidades
Quem tem que tomar decisões, tem que assumir responsabilidades
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Se eu estivesse aí tomava-as e não
tinha medo
O Presidente da Câmara referiu: Este assunto tem muito mais importância para o
executivo do que aquela que querem fazer crer
A Ordem de Trabalho da Mesa da Secção de Municípios com Corpos de Bombeiros da
Administração Local, foi a seguinte:
1 - Eleição da Mesa da Secção nos termos do número 3 do artigo 25.º dos estatutos
da ANMP (1 presidente; 2 vice-presidentes; 2 vogais);

2 - Estatuto da carreira de Bombeiro Profissional da Administração Local;
a) Clarificação do conceito da disponibilidade permanente;
b) Condições de acesso à carreira de Bombeiro Sapador;
c) Cargos de comando, mapa de pessoal e recrutamento;
d) Exercício de funções em regime de DECIR (Dispositivo Especial Contra Incêndios
Rurais);
e) Corpos de Bombeiros de natureza mista: articulação com o voluntariado;
3 - Aplicação de fundos comunitários do Portugal 20/30;
4 - Outros assuntos de interesse
Esta foi a Ordem de Trabalhos e que eu quero crer que os meus colegas irão levar
por diante
PONTO DEZASSEIS - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-
Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, no período com-
preendido entre 6 de dezembro de 2022 e 15 de fevereiro de 2023, o qual fica como anexo,
fazendo parte integrante da presente ata
A Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara destacou o seguinte:
Procedimentos concursais, em curso:
6 Sapadores Bombeiros - realização da prova escrita;
1 Assistente Operacional para a Divisão de Espaços Públicos, Ambiente e Energia -
aguarda publicação;
2 Assistentes Operacionais para a Divisão de Espaços Públicos, Ambiente e Energia -
enviada ata de homologação;
1 Técnico Superior para a Proteção Civil - retificação;
1 Cargo Intermédio de 3.º Grau para a Direção de Projetos, Obras e Equipamentos -
remitidas atas da entrevista pública;
1 Comandante de Bombeiros - admitidos e excluídos;
1 Técnico Superior para a Divisão de Administração Geral - aguarda publicação do
Aviso em Diário da República;
Mobilidades Internas:
2 Técnicos Superiores da Divisão de Planeamento Estratégico para a Divisão de Ad-
ministração Geral
1 Assistente Operacional para Encarregado Operacional da Divisão de Educação,
Desporto e Intervenção Social;



3 Assistentes Operacionais: Divisão de Projetos, Obras e Equipamentos para a Divi-
são de Educação, Desporto e Intervenção Social; Bombeiros Municipais para a Divisão de
Educação, Desporto e Intervenção Social; Divisão de Espaços Públicos, Ambiente e Energia
para a Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social;
1 Assistente Técnico da Divisão de Espaços Públicos, Ambiente e Energia/Direção de
Ambiente e Energia para outra entidade;
Quanto à Situação Financeira do Município, a nossa dívida ascende a 65.386,63 €. O
Município apenas tem utilizado 3,95% do limite de endividamento, encontrando-se
24.316.620,16 € abaixo do limite. A nossa dívida poderia subir até 7.487.572,01 € no final
do ano de 2023;
Projeto Pedagógico de Promoção da Igualdade de Género e de Oportunidades para a
Comunidade Escolar - apresentação do Livro "Performance Musical e Teatral", dia 13 de fe-
vereiro de 2023, no Auditório do Núcleo Rural de Coruche;
Desfile Infantil do Carnaval, cujo tema foi "Rotas com História - Descobrir Coruche" e
Animação Circense, com a participação de cerca de 700 alunos;
Corrida dos Super-Heróis, na Avenida do Sorraia, com 120 participantes, no dia 18
de fevereiro;
Aulas "Boccia Avós e Netos";
O Município de Coruche foi eleito, pelo 8.º ano consecutivo, "Autarquia Familiarmen-
te Responsável";
Atribuição de 60 Bolsas de Estudo no ano letivo 2022/2023, sendo 44 pela Câmara
Municipal e 16 pela NEOEN;
Programas das Cantinas Sociais - fornecimento de refeições diárias: Vicentinas - 75
refeições (25 agregados familiares apoiados); Centro de Dia da Fajarda - 8 refeições (4 pes-
soas apoiadas); Centro de Dia do Biscainho - 10 refeições (6 pessoas apoiadas);
Gabinete de Apoio a Associação Portuguesa de Famílias e Amigos do Doente de
Alzheimer - 9 atendimentos;
Gabinete de Apoio ao Consumidor da DECO - 2 atendimentos;
Centro de Emprego de Salvaterra de Magos - 43 atendimentos;
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - 44 atendimentos;
Programa "Apoio 65 - Idoso em Segurança" - estão a ser acompanhados 100 idosos
num projeto conjunto com a GNR, em todas as Freguesias;
Programa Municipal de Apoio a Agregados Familiares com Insuficiência Económica -
11 pedidos em análise;
Programa Municipal de Apoio à Melhoria e Conforto Habitacional - 9 munícipes apoia-

Programa "Casas com Gente" - Apresentação de candidaturas até 30 de novembro de 2022 para 26 arrendamentos e 8 aquisições de habitações e aprovadas as listas provisórias de candidatos (6 admitidos e 1 excluído);	dos com materiais de construção e 8 candidaturas admitidas que estão em análise;
rias de candidatos (6 admitidos e 1 excluído);	Programa "Casas com Gente" - Apresentação de candidaturas até 30 de novembro
Investimentos mais relevantes:	de 2022 para 26 arrendamentos e 8 aquisições de habitações e aprovadas as listas provisó-
Requalificação do Centro Social do Rebocho - obra em curso;	rias de candidatos (6 admitidos e 1 excluído);
Requalificação Paisagística da Calçadinha/Mobilidade para todos na Calçadinha - obra em curso;	Investimentos mais relevantes:
em curso;	Requalificação do Centro Social do Rebocho - obra em curso;
Construção do Núcleo Escolar do Biscainho - obra em curso;	Requalificação Paisagística da Calçadinha/Mobilidade para todos na Calçadinha - obra
Construção do Núcleo Escolar da Erra - obra em curso;Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço Envolvente do Bairro 23 de Junho, no Couço - obra concluída;Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço Envolvente do Bairro da Liberdade, no Couço - obra em curso;	em curso;
Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço Envolvente do Bairro 23 de Junho, no Couço - obra concluída;	Construção do Núcleo Escolar do Biscainho - obra em curso;
ro 23 de Junho, no Couço - obra concluída;	Construção do Núcleo Escolar da Erra - obra em curso;
Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço Envolvente do Bairro da Liberdade, no Couço - obra em curso;	Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço Envolvente do Bair-
ro da Liberdade, no Couço - obra em curso;	ro 23 de Junho, no Couço - obra concluída;
Construção da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, na Fajarda - obra em curso;Reabilitação do Edificado Municipal na Avenida D. Afonso Henriques - obra em curso;Requalificação da antiga Escola da Branca - obra em curso;Implementação de Medidas de Eficiência Energética no Pavilhão Desportivo Municipal - obra em curso;	Reabilitação do Edificado e Requalificação Paisagística do Espaço Envolvente do Bair-
so;	ro da Liberdade, no Couço - obra em curso;
Reabilitação do Edificado Municipal na Avenida D. Afonso Henriques - obra em curso;Requalificação da antiga Escola da Branca - obra em curso;Implementação de Medidas de Eficiência Energética no Pavilhão Desportivo Municipal - obra em curso;Implementação de Medidas de Eficiência Energética nas Piscinas Municipais - obra em fase de conclusão;	
Requalificação da antiga Escola da Branca - obra em curso;	so;
Implementação de Medidas de Eficiência Energética no Pavilhão Desportivo Municipal obra em curso;	Reabilitação do Edificado Municipal na Avenida D. Afonso Henriques - obra em curso;
- obra em curso;	Requalificação da antiga Escola da Branca - obra em curso;
Implementação de Medidas de Eficiência Energética nas Piscinas Municipais - obra em fase de conclusão;	
em fase de conclusão;	- obra em curso;
Grandes reparações de arruamentos diversos - Rua do Açude da Agolada, Rua de Santa Teresinha e E.N.114 - obra em fase de conclusão;	
Santa Teresinha e E.N.114 - obra em fase de conclusão;	em fase de conclusão;
Infraestruturação e Pavimentação da Rua dos Pelados e Rua da Figueira, na Branca- obra em curso;	Grandes reparações de arruamentos diversos - Rua do Açude da Agolada, Rua de
obra em curso;Infraestruturação e Pavimentação da Rua da Fruta, na Branca - obra em fase de conclusão;Pavimentação da Estrada da Caneirinha e da Rua Vasco da Gama, na Azerveira - obra concluída;Estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída;	Santa Teresinha e E.N.114 - obra em fase de conclusão;
Infraestruturação e Pavimentação da Rua da Fruta, na Branca - obra em fase de conclusão;Pavimentação da Estrada da Caneirinha e da Rua Vasco da Gama, na Azerveira - obra concluída;Estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída;Infraestruturação e Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima, no Biscainho - obra em curso;	Infraestruturação e Pavimentação da Rua dos Pelados e Rua da Figueira, na Branca-
clusão;Pavimentação da Estrada da Caneirinha e da Rua Vasco da Gama, na Azerveira - obra concluída;Estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída; Infraestruturação e Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima, no Biscainho - obra em curso;	obra em curso;
Pavimentação da Estrada da Caneirinha e da Rua Vasco da Gama, na Azerveira - obra concluída;Estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída;Infraestruturação e Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima, no Biscainho - obra em curso;	
obra concluída;estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída;Infraestruturação e Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima, no Biscainho - obra em curso;	clusão;
Estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída;Infraestruturação e Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima, no Biscainho - obra em curso;	
Infraestruturação e Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima, no Biscainho - obra em curso;	obra concluída;
obra em curso;	Estrada da Cumeada, no Feixe - obra concluída;
Infraestruturação e Pavimentação da Rua do Biscainho, no Biscainho - obra em cur-	obra em curso;
so;	so;



Obras em curso por administração direta:
Execução de Passeios na Rua Professor Bento de Jesus Caraça, no Couço;
Colocação de Abrigo de Passageiros na Rua de São Pedro, no Biscainho;
Limpeza das margens e envolvente do Rio Sorraia;
Reabilitação de casa social na Rua Alto do Marau, Foros do Paúl, em Coruche;
Reabilitação de casa social na Rua do Cemitério, em Coruche;
Ampliação do Cemitério da Fajarda;
Outros Investimentos:
Conservação dos edifícios da Escola Profissional de Coruche, do Observatório do So
breiro e da Cortiça e dos Bombeiros Municipais - adjudicada à empresa "ADCJ, Lda."
aguarda aprovação do PSS pela CIMLT;
Construção de Incubadora de Empresas - Polo 2 - adjudicada à empresa "Manteivia
- Engenharia e Construção, S.A." - aguarda aprovação do PSS pela CIMLT;
Remodelações das Instalações Municipais da Zona Industrial do Monte da Barca
apresentação de propostas até 24 de fevereiro;
Arranjos Urbanísticos no Planalto - apresentação de propostas até 4 de março;
Execução de passeios na estrada de ligação Erra/E.N.119 - apresentação de propos
tas até 24 de fevereiro;tas até 24 de fevereiro;
Programa "Lojas com Gente" - aprovadas 59 candidaturas, totalizando 166.871,62 ﴿
- Instalação de novo estabelecimento comercial em Área de Reabilitação Urbana: apoio a
investimento 37.907,63 € e apoio a rendas 21.338,76 €; Modernização e requalificação d
estabelecimento comercial existente: apoio ao investimento - 87.035,15 € e apoio a renda
- 20.590,08 €;
Contrato de Comodato entre a Câmara Municipal de Coruche e a Associação Portu
guesa de Criadores de Ovinos da Raça Suffolk;
I Encontro dos Municípios Corticeiros Portugueses;
Encontro "As Aves e o Montado", no Observatório do Sobreiro e da Cortiça, no dia 2
de janeiro;
Concertos de Natal na Igreja Matriz de São João Batista, nos dias 18 e 23 de dezem
bro de 2022;
Hora do Conto "O dia em que os lápis desistiram", na Biblioteca Municipal de Coru
che, no dia 28 de janeiro;
Apresentação do livro "Os marcos da Lamarosa - memória de um antigo concelho"
de Gonçalo Lopes, na Casa da Cultura da Lamarosa, no dia 18 de fevereiro;
Missão Reciclagem - De Casa para a Escola, a decorrer de fevereiro a 2 de junho d

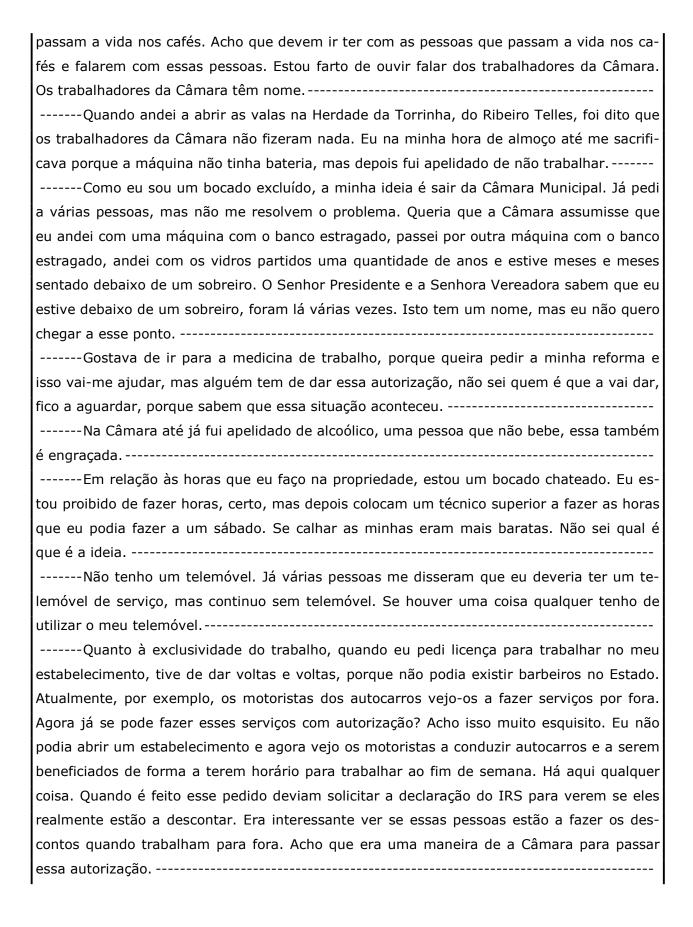


40, 50, 100, 200 ou 400 horas a mais, se bem que o parecer da CCDR não tem vínculo.
Nós demos como solução ao Senhor Presidente recorrer a um Tribunal Arbitral, situ-
ação que ficava resolvida em 6 meses e que tinha uma decisão com vínculo.
O Senhor Presidente respondeu-nos que por ser um Tribunal de Primeira Instância
poderia ter recurso
Claro que poderia Senhor Presidente, mas tinha uma decisão com vínculo para poder
pagar horas. No entanto, o Senhor Presidente também rejeitou esta solução
Em relação ao pagamento adicional de horas, o Senhor Presidente disse que não pa-
gava feriados, etc., porque não é permitido aos Bombeiros auferirem qualquer suplemento
adicional
Estranhamente, durante o verão, o Senhor Presidente permite a participação no dis-
positivo a ganhar 2,60 €/hora. Eu percebo porquê. Porque esse dinheiro vem da autoridade
e não da autarquia e assim já não há problema
Tudo isto leva a que os Bombeiros sejam empurrados a irem para um Tribunal Admi-
nistrativo, que demora cerca de 10 anos a tomar uma decisão e esta é a maneira que algu-
mas autarquias têm de empurrar o problema para não pagar trabalho suplementar
Fique o Senhor Presidente a saber que nós já intentamos uma ação contra o Senhor
Presidente e contra esta autarquia, pelo não pagamento de trabalho suplementar
Informo também em primeira mão que intentamos uma ação no Tribunal Europeu
dos Direitos do Homem precisamente por escravidão a estes Bombeiros em que o Município
de Coruche é mencionado em mais de 50% daquela peça
Ouvi aqui falar do socorro à população
Pouco ouvi falar dos tempos de resposta, quando sabemos que os meios de socorro
demoram cerca de 20 minutos a sair do quartel. E porquê? Por falta de efetivos
Não ouvi aqui falar sobre o despacho n.º 8903 de 2022, que estabelece as condições
mínimas para estes homens trabalharem em segurança. Senhor Presidente, diz esse despa-
cho que qualquer viatura de combate a incêndio ou de desencarceramento tem de levar cin-
co elementos lá dentro. Salvo erro, hoje, estão três elementos de serviço no quartel
Diariamente estes homens estão expostos ao risco, sem condições de segurança pa-
ra trabalhar. Eu percebo porquê. Porque ao abrigo da disponibilidade permanente sempre
que haja uma ocorrência, não havendo grande pressão dos meios demorarem 20 ou 30 mi-
nutos a sair, basta uma chamada e qualquer um deles é obrigado a vir e se não atender o
telefone leva uma multa de 60 €, mas se devolver a chamada no minuto a seguir, tem um
desconto de 50%. Nem tudo é mau. Isto está documentado em processos disciplinares que
nós recorremos e que acabaram arquivados, porque não têm qualquer fundamento.
nos recorremes e que acabaram arquivados, porque nas tem qualquer randamento.

Neste momento, o socorro aos munícipes de Coruche está em risco sim e compete
aos Senhores Deputados fazerem pressão a quem de direito para resolver o problema
Quanto às condições de segurança destes operacionais compete-me a mim lutar por
elas
Senhor Presidente, estou e estarei sempre como solução, tal como o Tribunal Arbi-
tral, e estamos dispostos a sentar-nos à mesa para arranjar mais soluções, como noutros
Municípios que receberam o parecer e não o aplicaram, para que o Senhor Presidente possa
pagar trabalho suplementar, garantir escalas de reforço e pagar hoje em dia, porque estes
homens só conseguem ter a sua vida pessoal assegurada se levarem dinheiro para casa,
como todos nós, e estamos cá para ajudar a uma solução, assim o Senhor Presidente o en-
tenda
, referiu o seguinte:
Nasci, fui criado e vivo, em Coruche, sou Bombeiro, em Coruche, desde 2009, estou
aqui em representação do Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, como associação
e como munícipe, porque me deixa preocupado a situação atual dos Bombeiros
Como já foi falado pelo camarada, hoje, estavam no quartel, até à meia-noite, três
Bombeiros, um Chefe de Serviço e um Operador de Central, a partir da meia-noite, quatro
Bombeiros e um Operador de Central, são manifestamente insuficientes estes recursos
O recurso correspondia, antes da meia-noite a uma ambulância e depois da
meia-noite a duas ambulâncias, para o concelho de Coruche e quanto ao veículo de comba-
te a incêndio a tripulação restante no quartel é insuficiente para o carro sair em condições
de segurança
Há vários meses que temos reunido com o executivo e posteriormente com a oposi-
ção
Com o executivo tentamos apresentar várias soluções das mais variadas, algumas
para resolver, outras para mitigar. Infelizmente, sempre sem sucesso
Sentamos as nossas reivindicações em três pontos:
Recursos humanos, como já podem ter percebido, 24 horas são manifestamente in-
suficientes
Abertura de recrutas novas, não basta abrirmos as recrutas, temos de oferecer as
condições iguais aos outros, no mínimo. Temos exemplos de jovens que concorreram para
Coruche e concorreram para mais quatro Corpos de Bombeiros, a 100 Km da sua residên-
cia, e optaram pelo Corpo de Bombeiros mais longe, é sinal que algo se passa, algo que nós
podíamos fazer mais e melhor e que não estamos a fazer
Em relação a fazer mais e melhor, quanto ao horário de trabalho, temos duas pro-



postas apresentadas:
Quatro turnos de 12 horas, o que permite o aumento efetivo, com a respetiva com-
pensação das horas que vamos fazer a mais. Os Bombeiros estão a propor trabalhar mais
30 a 40 horas todos os meses. Não estamos a pedir nada de mais, só pedimos que nos pa-
guem essas horas, ou cinco turnos, para que consigamos conciliar com a vida pessoal, o
que representa o mesmo número de Bombeiros por turno. Atualmente, estamos a trabalhar
cinco turnos a 7 horas, nós pedimos para passar para 12 horas. O que muda é a gestão do
tempo como as escalas são feitas
· Pagamento de trabalho extraordinário, a lei tem algumas barreiras, mas nós temos
conseguido ultrapassar em negociação com os outros Municípios na sua grande maioria, pe-
lo menos a situação da escala de reserva ou de reforço
Em nenhum artigo está disposto a disponibilidade permanente, a qual assenta em
quatro artigos: prestação de socorro e combate a incêndios, vítimas, salvamento e socorro
a náufragos
Estar no quartel de prevenção para garantir a segurança da população não assenta
nestes quatro pontos
Nós o que pedimos é para chegar a um consenso e resolver os problemas e não ape-
nas chutar para a frente, empurrar para os outros os problemas
Existem problemas do setor que têm de ser resolvidos
Estamos em negociação para que sejam resolvidos, mas há situações que são locais
e que têm de ser resolvidas no âmbito local
, residente em Coruche, referiu o seguinte:
Uma das situações que eu queria falar, já aqui foi falado, era sobre o parque de au-
tocaravanas, que está no limite, são às pazadas
Se um dia uma criança ficar agarrada a um quadro das autocaravanas, por aquilo
que eu vejo, os quadros são rebentados e liga-se as tomadas e ninguém diz nada e não há
qualquer fiscalização
Falou-se aqui muito de igualdade e de discriminação
Vou falar da minha parte, como trabalhador da Câmara Municipal, porque estou a ser
discriminado
A maior parte das formações que tenho fui eu que as paguei. Neste tempo que pas-
sou não tive qualquer formação
Acho que existe uma série de perseguições aos trabalhadores. A mim a carapuça não
me serve. Eu pico o ponto e vou trabalhar. Quanto tenho estado nos Paços do Concelho vi
pessoas a picar o ponto e depois a irem para o café. Os trabalhadores são criticados que





sessão, à uma hora e v	O:- E nada mais havendo a tratar, a l	Presidente deu por encerrada			
gual para constar co l	ince e nove iniliacos, do dia vinte e em	nco de fevereiro do corrente, d			
	qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira				
Primeiro Secretário subscrevo:					
	O Primeiro Secretário				
-	A Presidente da Assembleia Munic	ipal			
	•				

ATA N.º 12 SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023

